

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA NONAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA**
2 **CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA**
3 **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos sete dias do mês de maio do ano de
4 dois mil e vinte e quatro, às quinze horas, reuniu-se a Câmara de Administração do Conselho
5 Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do Magnífico Reitor da
6 Universidade, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o
7 comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Andréia Galvão, Antonio
8 Salvador Pedretti Neto, Célio Hiratuka, César José Bonjuani Pagan, Claudio Saddy Rodrigues
9 Coy, Daniel Martins de Souza, Dirceu Noriler, Fernando Sarti, Francisco da Fonseca
10 Rodrigues, Hugo Enrique Hernandez Figueroa, João Renato Bennini Junior, Luiz Seabra
11 Junior, Márcio Alberto Torsoni, Maria Luiza Moretti, Marisa Masumi Beppu, Matheus da Silva
12 Marcheti Martins, Mônica Alonso Cotta, Petrilson Alan Pinheiro da Silva, Roberta Cunha
13 Matheus Rodrigues, Silvia Cristina Franco Amaral, Verónica Andrea González-López e
14 Wagner de Melo Romão. Como convidados especiais compareceram os professores Ana Maria
15 Frattini Fileti, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Ivan Felizardo Contrera Toro, Maria
16 Silvia Viccari Gatti, Rachel Meneguello e Ricardo Dahab; a doutora Ana Carolina de Moura
17 Delfim Maciel; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Everaldo Pinheiro,
18 Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli e Thiago Baldini da Silva.
19 Justificaram ausência à Sessão o Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Fernando Antonio Santos
20 Coelho, e os seguintes conselheiros: Marcio Antonio Cataia, sendo substituído pela conselheira
21 Andréia Galvão; Elaine Cristina de Ataíde, sendo substituída pelo conselheiro João Renato
22 Bennini Junior; Samuel Rocha de Oliveira, sendo substituído pelo conselheiro Francisco da
23 Fonseca Rodrigues; Rafael Silva Marconato, sendo substituído pelo conselheiro Adilton
24 Dorival Leite; Elaine dos Santos José, sendo substituída pelo conselheiro Antonio Salvador
25 Pedretti Neto; Sarah de Medeiros Pinheiro Souza; Felipe Machado Savedra; Valentina Spedine
26 Sierra; e João Mateus Silva Feitosa. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início
27 à Trecentésima Nonagésima Nona Sessão Ordinária da Câmara de Administração, realizada de
28 forma exclusivamente presencial. Solicita aos membros titulares que façam o *login* no *site* da
29 SG para que suas presenças sejam registradas e para que recebam as cédulas de votações.
30 Quando estiverem logados, todos os documentos ficarão acessíveis. É imprescindível que os
31 conselheiros utilizem os computadores da sala e que não fechem a página da SG. No caso de a
32 cédula de votação não aparecer na tela, o conselheiro deve aguardar a finalização da votação e
33 pedir a palavra para declarar seu voto no microfone. Para manifestação, os conselheiros deverão
34 levantar a mão e respeitar o limite temporal de cinco minutos para a Ordem do Dia e três
35 minutos para o Expediente. A inscrição para o Expediente deve ser realizada por meio do livro
36 de inscrições que se encontra sobre a mesa lateral à sua direita. Informa que a professora Débora
37 Cristina Jeffrey, nova Diretora da Faculdade de Educação, é representante suplente da
38 representação dos diretores junto a esta Câmara. Informa também que está disponível no *site*
39 da SG o parecer CLN referente ao item 12 da Ordem do Dia Suplementar. Em seguida, submete
40 à apreciação a Ata da Trecentésima Nonagésima Oitava Sessão Ordinária, realizada em 9 de

1 abril de 2024, consultando se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata,
2 que é aprovada com 01 abstenção. Passa à Ordem do Dia, com 53 itens, e à Ordem do Dia
3 Suplementar, com 12 itens, informando que há destaque obrigatório do item 51 – Proc. nº 01-
4 D-49851/2023. Consulta se há destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro MATHEUS
5 DA SILVA MARCHETTI MARTINS destaca em conjunto os itens 24 – Proc. nº 41-P-
6 51483/2023 –, da DEdIC, e 33 Proc. nº 41-P-8292/2024, da DEdIC. A Conselheira VERÓNICA
7 ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ destaca os itens 52 – Proc. nº 15-D-3586/2024 –, do HC, e 53
8 – Proc. nº 02-P-4538/2024. Os Conselheiros WAGNER DE MELO ROMÃO e SILVIA
9 CRISTINA FRANCO AMARAL também destacam o item 53. Não havendo mais destaques,
10 submete à votação os itens não destacados da Ordem do Dia e da Ordem do Dia Suplementar,
11 sendo aprovados, por unanimidade, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: I - A
12 - Regimento – Para Aprovação - Artigo 50, inciso I, “1”, dos Estatutos da Unicamp - 01) Proc.
13 nº 34-P-45990/2022, do Instituto de Computação – Proposta de Deliberação CAD, que altera a
14 Deliberação CONSU-A-04/06, que dispõe sobre o Regimento Interno do Instituto de
15 Computação – Pareceres PG-897/23, 3932/23 e CLN-20/24. B - Carreira Docente - a)
16 Nomeação na Parte Permanente do QD – Professor Titular – Aplicação do RDIDP - Deliberação
17 Consu-A-02/2001 - 02) Proc. nº 02-P-3679/2002, de Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho –
18 Faculdade de Ciências Médicas - 1) Nomeação na PP: Prof. Titular – nível MS-6 – RTP –
19 Departamento de Clínica Médica. 2) Aplicação do RDIDP. Concurso homologado pela Cepe
20 em 07.11.23 – Aprovação pela Congregação em 22.03.24 – Parecer CPDI-39/24. 03) Proc. nº
21 29-P-12140/2024, de Edgar Eduardo Benitez Olivo – Faculdade de Engenharia Elétrica e de
22 Computação - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Engenharia de
23 Computação. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 09.04.24 –
24 Aprovação pela Congregação em 25.03.24 – Parecer CPDI-40/24. 04) Proc. nº 28-P-
25 10554/2024, de Eduardo Fernandes Nunes – Faculdade de Engenharia Agrícola - 1) Nomeação
26 na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Agricultura Digital. 2) Ingresso no RDIDP.
27 Concurso homologado pela Cepe em 03.10.23 – Aprovação pela Congregação em 27.03.24 –
28 Parecer CPDI-35/24. 05) Proc. nº 09-P-4665/2024, de Igor Cavallini Johansen – Instituto de
29 Filosofia e Ciências Humanas - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de
30 Teoria e Métodos Demográficos. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em
31 04.07.23 – Aprovação pela Congregação em 03.04.24 – Parecer CPDI-42/24. 06) Proc. nº 18-
32 P-8282/2024, de Jean Felipe Leal Silva – Faculdade de Engenharia Química - 1) Nomeação na
33 PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Ciência e Processos Sustentáveis – Departamento
34 de Engenharia de Processos. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em
35 05.03.24 – Aprovação pela Congregação em 11.04.24 – Parecer CPDI-41/24. 07) Proc. nº 36-
36 P-5890/2024, de Jeferson Almeida Dias – Faculdade de Ciências Aplicadas - 1) Nomeação na
37 PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de Engenharia. 2) Ingresso no RDIDP. Concurso
38 homologado pela Cepe em 09.04.24 – Aprovação pela Congregação em 06.03.24 – Parecer
39 CPDI-36/24. 08) Proc. nº 06-P-5590/2024, de Silvia Amélia Scudeler Vedovello – Faculdade
40 de Odontologia de Piracicaba - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 – RTP – área de

1 Ortodontia – Departamento de Ciências da Saúde e Odontologia Infantil. 2) Ingresso no
2 RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 06.02.24 – Aprovação pela Congregação em
3 20.03.24 – Parecer CPDI-37/24. c) Nomeação na Parte Permanente do QD – Professor Doutor
4 – Extensão para o RTC - Resolução GR-57/2002 - 09) Proc. nº 02-P-853/2024, de Daniela
5 Anderson – Faculdade de Ciências Médicas – 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. – nível MS-3.1 –
6 RTP – área de Neonatologia - Departamento de Pediatria – Concurso homologado pela Cepe
7 em 06.02.24. 2) Extensão para o RTC – Aprovação pela Congregação em 23.02.24 – Parecer
8 CIDD/CCRH-40/24. d) Alteração Temporária de Regime de Trabalho – Carreira MS - 10) Proc.
9 nº 10-P-18757/2015, de Gabriel Ponce – Instituto de Matemática, Estatística e Computação
10 Científica – Professor Doutor – nível MS-3.2 – RDIDP para RTP – no período de 01.03.24 a
11 31.12.24 – PP/QD – Departamento de Matemática – Aprovação pela Congregação em 08.02.24
12 – Pareceres CPDI-23/24 e CIDD/CCRH-41/24. e) Reingresso no RDIDP – Carreira MS - 11)
13 Proc. nº 01-P-3964/1985, de Eloisa Helena Rubello Valler Celeri – Faculdade de Ciências
14 Médicas - Prof. Associado – MS-5.1 - RTC para RDIDP – PP/QD – Departamento de
15 Psiquiatria – Aprovação pela Congregação em 22.03.24 – Parecer CPDI-38/24 - f) Prorrogação
16 de Contrato Emergencial de Docente – Carreira MS - § 4º do artigo 2º da Deliberação CAD-A-
17 03/2018. 12) Proc. nº 37-P-18143/2023, da Faculdade de Tecnologia – Prorrogação, em caráter
18 excepcional, do contrato temporário do Prof. Dr. Jorge Luiz da Paixão Filho, nível MS-3.1, em
19 RTP, área de Engenharia de Transportes, a partir de 05.06.24, pelo prazo de 365 dias ou até que
20 se realize concurso público e se admita candidato aprovado, o que ocorrer primeiro – Aprovação
21 pela Congregação em 07.03.24 – Parecer CVD-08/24. 13) Proc. nº 37-P-21556/2023, da
22 Faculdade de Tecnologia – Prorrogação, em caráter excepcional, do contrato temporário do
23 Prof. Dr. Yuri Alexandre Meyer, nível MS-3.1, em RTP, área de Engenharia de Transportes, a
24 partir de 03.07.24, pelo prazo de 365 dias ou até que se realize concurso público e se admita
25 candidato aprovado, o que ocorrer primeiro – Aprovação pela Congregação em 07.03.24 –
26 Parecer CVD-09/24. g) Abertura de Processo Seletivo Sumário – Carreira MST - Deliberação
27 CAD-A-03/2018 - 14) Proc. nº 13-P-5555/2024, do Colégio Técnico de Limeira - Atribuição
28 de 01 (uma) vaga e recursos para abertura de processo seletivo sumário para contratação
29 temporária de 01 (um) docente, nível inicial da Carreira MST, em jornada de 40 horas semanais,
30 junto ao Departamento de Infraestrutura e Tecnologia, pelo prazo de 365 dias ou até que se
31 realize concurso público e se admita candidato aprovado, o que ocorrer primeiro, em
32 substituição a docente que usufruirá períodos de férias e licença-prêmio a partir de 04.09.24,
33 com previsão de aposentadoria em 02.05.25 - Aprovação pela CGA em 16.11.23 – Parecer
34 CVD-10/24. 15) Proc. nº 13-P-5558/2024, do Colégio Técnico de Limeira - Atribuição de 01
35 (uma) vaga e recursos para abertura de processo seletivo sumário para contratação temporária
36 de 01 (um) docente, nível inicial da Carreira MST, em jornada de 40 horas semanais, junto ao
37 Departamento de Infraestrutura e Tecnologia, pelo prazo de 365 dias ou até que se realize
38 concurso público e se admita candidato aprovado, o que ocorrer primeiro, em substituição a
39 docente que usufruirá períodos de férias e licença-prêmio a partir de 07.08.24, com previsão de
40 aposentadoria em 19.05.25 - Aprovação pela CGA em 16.11.23 – Parecer CVD-11/24. 16)

1 Proc. nº 12-D-5821/2024, do Colégio Técnico de Campinas - Contratação temporária de 01
2 (um) docente, nível inicial da Carreira MST, em jornada de 40 horas semanais, junto ao
3 Departamento de Plásticos, pelo prazo de 365 dias ou até que se realize processo seletivo
4 público e se admita candidato aprovado, o que ocorrer primeiro, em substituição a docente
5 aposentado em 03.10.23, que estava sendo substituído temporariamente por docente desligada
6 em 01.02.24 – Aprovação pela Congregação em 20.02.24 – Aprovação *ad referendum* da CVD
7 através do Despacho CVD-15/24. h) Prorrogação de Contrato Emergencial de Docente –
8 Carreira MST - § 4º do art. 2º da Deliberação CAD-A-03/2018 - 17) Proc. nº 12-P-13751/2023,
9 do Colégio Técnico de Campinas – Prorrogação, em caráter excepcional, do contrato
10 temporário da Profa. Andresa Mendonça de Oliveira, MST-II-C, em jornada de 40 horas
11 semanais, junto ao Departamento de Enfermagem, a partir de 17.05.24, por 365 dias ou até que
12 se realize o processo seletivo público e se admita o candidato aprovado, o que ocorrer primeiro,
13 em substituição a docente aposentada em 17.08.21 – Aprovação pela Congregação em 14.03.24
14 – Aprovação *ad referendum* da CVD através do Despacho CVD-17/24. 18) Proc. nº 12-P-
15 13748/2023, do Colégio Técnico de Campinas – Prorrogação, em caráter excepcional, do
16 contrato temporário do Prof. Guilherme Barbosa Dumas, MST-II-C, em jornada de 40 horas
17 semanais, junto ao Departamento de Enfermagem, a partir de 15.05.24, por 365 dias ou até que
18 se realize o processo seletivo público e se admita o candidato aprovado, o que ocorrer primeiro,
19 em substituição a docente aposentada em 15.09.23 – Aprovação pela Congregação em 14.03.24
20 – Aprovação *ad referendum* da CVD através do Despacho CVD-16/24. 19) Proc. nº 12-P-
21 17997/2023, do Colégio Técnico de Campinas – Prorrogação, em caráter excepcional, do
22 contrato temporário do Prof. Guilherme de Oliveira Macedo, MST-II-C, em jornada de 40 horas
23 semanais, junto ao Departamento de Processamento de Dados, a partir de 19.05.24, por 365
24 dias ou até que se realize o processo seletivo público e se admita o candidato aprovado, o que
25 ocorrer primeiro, em substituição a docente aposentado em 01.11.19 – Aprovação pela
26 Congregação em 14.03.24 – Aprovação *ad referendum* da CVD através do Despacho CVD-
27 18/24. i) Prorrogação de Contrato Emergencial de Docente – Carreira MST - Para
28 Homologação da Aprovação *Ad Referendum* do Reitor - § 4º do art. 2º da Deliberação CAD-
29 A-03/2018 - 20) Proc. nº 13-D-9931/2024, do Colégio Técnico de Limeira – Prorrogação, em
30 caráter excepcional, do contrato temporário do Prof. Luís Fernando Torres, MST-II-C, em
31 jornada de 20 horas semanais, junto ao Departamento de Gestão e Processos Industriais, a partir
32 de 05.04.24, por 365 dias ou até que se conclua sua admissão em caráter definitivo, aprovada
33 pela Deliberação CAD-128/24 – Aprovação pela Congregação em 25.03.24 – Aprovação *ad*
34 *referendum* da CVD através do Despacho CVD-13/24 e aprovação *ad referendum* da CAD
35 através do Despacho do Reitor-248/24. j) Alteração Definitiva de Jornada de Trabalho –
36 Carreira MST - 21) Proc. nº 13-P-3441/2024, do Colégio Técnico de Limeira - Aumento
37 definitivo de jornada de trabalho do Professor Jorge Luiz Rossi Junior, de 20 para 40 horas
38 semanais, junto ao Departamento de Gestão e Processos Industriais, em virtude do
39 cancelamento do Edital 02/22 – Aprovação pela CGA em 19.12.23 - Informações
40 PRDU/GQDOC-36/24 e 117/24, Pareceres CVD-06/24 e CIDD/CCRH-44/24. 22) Proc. nº 13-

1 P-3442/2024, Colégio Técnico de Limeira - Aumento definitivo de jornada de trabalho do
2 Professor Clériston Mateus do Nascimento, de 30 para 40 horas semanais, junto ao
3 Departamento de Gestão e Processos Industriais, em virtude do cancelamento do Edital 02/22
4 – Aprovação pela CGA em 19.12.23 - Informações PRDU/GQDOC-37/24 e 119/24, Pareceres
5 CVD-07/24 e CIDD/CCRH-45/24. C - Carreira de Pesquisador – Admissão - Deliberação
6 CAD-A-01/2019 - 23) Proc. nº 01-P-6533/2024, do Centro de Engenharia Biomédica –
7 Admissão de Bruna Alice Gomes de Melo para exercer a função de Pesquisador da Carreira Pq
8 – nível C – em jornada de 40 horas semanais – junto à área de Biofabricação e Biomateriais –
9 Homologação do *ad referendum* pelo Conselho Superior do CEB em 15.04.24 - Concurso
10 homologado pela Cepe em 05.12.23 – Parecer CIDP/CCRH-08/24. D - Carreira Paepe -
11 Deliberação Consu-A-18/2013 - a) Contratação com Abertura de Concurso Público - 25) Proc.
12 nº 15-P-47685/2023, do Hospital de Clínicas – Utilização de recursos no valor de R\$8.809,69
13 para realizar a contratação com abertura de concurso público de 01 (um) Médico Pediatra, nível
14 S1B, em jornada de 24 horas semanais, em substituição a servidor que aposentado em 02.10.23
15 - Parecer CVND-40/24. 26) Proc. nº 34-P-51309/2022, do Instituto de Computação – Utilização
16 de recursos no valor de R\$4.449,53 para realizar a contratação com abertura de concurso
17 público de 1 (um) Profissional de Apoio Técnico de Serviços, nível M1A, em jornada de 40
18 horas semanais - Parecer CVND-41/24. b) Contratação com Aproveitamento ou Aumento do
19 Número de Vagas de Concurso Público - 27) Proc. nº 01-P-9736/2024, da Diretoria Executiva
20 Tecnologia da Informação e Comunicação - Suplementação de recursos no valor de
21 R\$20.720,98 e descontingenciamento de R\$12.839,70 para realizar a contratação com
22 aproveitamento de concurso público de 4 (quatro) Profissionais da Tecnologia, Informação e
23 Comunicação, nível S1A, em jornada de 40 horas semanais – Parecer CVND-45/24. 28) Proc.
24 nº 02-P-2571/2024, da Faculdade de Ciências Médicas – Utilização de recursos no valor de
25 R\$8.809,69 para realizar a contratação com aproveitamento de concurso público de 1 (um)
26 Médico Psiquiatra, nível S1B, em jornada de 24 horas semanais – Parecer CVND-47/24. 29)
27 Proc. nº 02-P-3428/2024, da Faculdade de Ciências Médicas – Descontingenciamento de
28 recursos no valor de R\$8.390,17 para realizar a contratação com aproveitamento de concurso
29 público de 1 (um) Terapeuta Ocupacional, nível S1A – Parecer CVND-48/24. 30) Proc. nº 02-
30 P-3793/2024, da Faculdade de Ciências Médicas - Suplementação de recursos no valor de
31 R\$1.495,00 e descontingenciamento de R\$6.895,17 para realizar a contratação de 1 (um)
32 Psicólogo Clínico, nível S1A, em jornada de 40 horas semanais – Parecer CVND-42/24. 31)
33 Proc. nº 02-P-5230/2024, da Faculdade de Ciências Médicas – Utilização de recursos no valor
34 de R\$8.809,69 para realizar a contratação com aproveitamento de concurso público de 1 (um)
35 Médico Psiquiatra, nível S1B, em jornada de 24 horas semanais – Parecer CVND-49/24. 32)
36 Proc. nº 02-P-8917/2024, da Faculdade de Ciências Médicas – Descontingenciamento de
37 recursos no valor de R\$8.390,17 para realizar a contratação com aproveitamento de concurso
38 público de 1 (um) Biólogo, nível S1A, em jornada de 40 horas semanais – Parecer CVND-
39 50/24. c) Contratação com Abertura de Processo Seletivo Público Temporário - 34) Proc. nº
40 15-P-4641/2024, do Hospital de Clínicas - Contratação com abertura de processo seletivo

1 público temporário de 3 (três) Enfermeiros, nível S1A, em jornada de 30 horas semanais, em
2 substituição a servidoras por motivo de licença-maternidade, com previsão de início em
3 01.06.24, 01.07.24 e 01.09.24 – Parecer CVND-53/24. 35) Proc. nº 15-P-4645/2024, do
4 Hospital de Clínicas - Contratação com abertura de processo seletivo público temporário de 1
5 (um) Médico Reumatologista, nível S1B, em jornada de 24 horas semanais, em substituição a
6 servidora por motivo de licença-maternidade, com previsão de início em 01.08.24 – Parecer
7 CVND-54/24. 36) Proc. nº 07-P-9262/2024, do Instituto de Biologia – Contratação com
8 abertura de processo seletivo público temporário de 1 (um) Profissional de Apoio Técnico de
9 Serviços, nível M1A, em jornada de 40 horas semanais, até que seja possível realizar a
10 contratação efetiva através de concurso público, já demandada pela solicitação nº 1324 –
11 Parecer CVND-55/24. 37) Proc. nº 34-P-7521/2024, do Instituto de Computação – Contratação
12 com abertura de processo seletivo público temporário de 1 (um) Profissional de Apoio Técnico
13 de Serviços, nível M1A, em jornada de 40 horas semanais, até que seja possível realizar a
14 contratação efetiva através de concurso público, em substituição a servidor desligado em
15 04.02.24 – Parecer CVND-56/24. d) Contratação com Aproveitamento de Processo Seletivo
16 Público Temporário - 38) Proc. nº 04-P-6435/2024, da Faculdade de Engenharia de Alimentos
17 – Contratação com aproveitamento de processo seletivo público temporário de 1 (um) Técnico
18 em Alimentos, nível M1A, em substituição a servidora por motivo de licença-maternidade, com
19 previsão de início em 01.07.24 – Parecer CVND-58/24. 39) Proc. nº 06-P-44505/2022, da
20 Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Contratação com aproveitamento de processo
21 seletivo público temporário de 2 (dois) Nutricionistas, nível S1A, em jornada de 40 horas
22 semanais. Aprovação *ad referendum* da CVND através do Despacho nº 181/24. 40) Proc. nº
23 06-P-5118/2024, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Contratação com
24 aproveitamento de processo seletivo público temporário de 1 (um) Profissional para Assuntos
25 Administrativos, nível M1A, em jornada de 40 horas semanais, em substituição a servidora por
26 motivo de licença-maternidade, com previsão de início em 07.07.24 – Parecer CVND-59/24.
27 41) Proc. nº 06-P-5138/2024, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Contratação com
28 aproveitamento de processo seletivo público temporário de 1 (um) Profissional para Assuntos
29 Administrativos, nível S1A, em jornada de 40 horas semanais, em substituição a servidora por
30 motivo de licença-maternidade, com previsão de início em 27.07.24 – Parecer CVND-60/24.
31 42) Proc. nº 01-P-4531/2024, da Prefeitura Gabinete - Contratação com aproveitamento de
32 processo seletivo público temporário de 7 (sete) Nutricionistas, nível S1A, em jornada de 40
33 horas semanais – Aprovação *ad referendum* da CVND através do Despacho nº 173/24. E -
34 Congregação – Para Homologação - Resolução GR-19/2017 - 43) Proc. nº 05-P-15146/1999,
35 da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Eleição da representação docente
36 e discente, realizada nos dias 11 a 13.03.24 – Homologação pela Congregação em 25.03.24.
37 44) Proc. nº 26-P-219/2024, do Instituto de Economia - Eleição da representação dos servidores
38 técnico-administrativos, realizada nos dias 28.03 a 01.04.24 – Aprovação pela Congregação em
39 19.04.24. 45) Proc. nº 10-P-31636/2023, do Instituto de Matemática, Estatística e Computação
40 Científica - Eleição da representação docente (mandato complementar), realizada nos dias 19 a

1 22.03.24 – Homologação pela Congregação em 11.04.24. F - Área de Prestação de Serviços –
2 Prestação de contas - Deliberação Consu-A-56/20 - 46) Proc. nº 06-P-1242/2002, da Faculdade
3 de Odontologia de Piracicaba - Prestações de contas da área de prestação de serviços
4 "Laboratório Multidisciplinar de Microscopia Eletrônica de Varredura", relativas aos períodos
5 de 01.01.2019 a 01.12.2019 e 02.12.2019 a 31.12.2019, e aos exercícios de 2020, 2021 e 2022
6 – Aprovações pela Congregação em 20.03.24. G - Convênios, Contratos e Termos Aditivos,
7 Deliberação Consu-A-16/2022 - a) A ser celebrados – Para Aprovação - 47) Proc. nº 32-P-
8 10018/2023, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de Serviços -
9 Partes: Unicamp e Município de Paulínia – Hospital Municipal de Paulínia (HMP) Vereador
10 Antonio Orlando Navarro - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Erica Vitória Picarelli
11 Leardini - Vigência: 01 ano, podendo ser prorrogado automaticamente por iguais e sucessivos
12 períodos, até o limite de 05 anos - Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Do Valor - Resumo
13 do Objeto: Fornecimento de hemocomponentes em caráter regular, mediante solicitação da
14 contratante e de acordo com os estoques disponíveis pela contratada - Parecer: Cacc. 48) Proc.
15 nº 32-P-10057/2023, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de
16 Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e FDTMed – Fundação para o Desenvolvimento
17 Tecnológico da Medicina - Executores: Sara Teresinha Olalla Saad e Erica Vitória Picarelli
18 Leardini - Vigência: 01 ano, podendo ser prorrogado automaticamente por iguais e sucessivos
19 períodos, até o limite de 05 anos - Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Do Valor - Resumo
20 do Objeto: Realização de atendimento transfusional à distância e procedimentos que visem
21 adequar os hemocomponentes às necessidades específicas de determinados pacientes, mediante
22 solicitação e após avaliação do médico hemoterapeuta autorizado pelo Hemocentro/Unicamp -
23 Parecer: Cacc. b) Para Homologação da Aprovação *Ad Referendum* do Reitor - 49) Proc. nº 01-
24 P-23063/2023, da Secretaria Executiva de Comunicação - Convênio de Cooperação - Partes:
25 Unicamp/Funcamp e Universidade Paulista – Unip - Executores: Christiane Neme Campos e
26 Thyago Ismael Lins - Data de Assinatura: 12.03.24 - Vigência: 05 anos - Recursos:
27 R\$24.000,00 por mês, sendo R\$12.000,00 repassados pela Unip e R\$12.000,00 pela Unicamp
28 - Resumo do Objeto: Cooperação entre as partícipes para a execução do Projeto de Extensão
29 “Canal Universitário Campinas”, com vistas à utilização do Canal Universitário Campinas,
30 disponibilizado pelas operadoras de TV a cabo, para transmissão de conteúdos audiovisuais de
31 ensino, pesquisa e extensão das Universidades conveniadas, nos termos do Anexo I – Plano de
32 Trabalho - Parecer: Cacc. 50) Proc. nº 01-P-36471/2023, da Secretaria de Vivência dos Campi
33 - Termo de Cooperação - Partes: Unicamp e Fundação Universidade Estadual do Ceará –
34 Funece - Executores: Susana Soares Branco Durão e Anderson Manoel Batinga de Araujo -
35 Data de Assinatura: 27.03.24 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Cooperação acadêmica
36 e técnica entre as partes, para implementação, na UECE, de uma política de segurança
37 universitária com foco na vivência universitária e orientada pelo modelo de política pública
38 universitária que norteou a criação e a bem sucedida gestão da Secretaria de Vivência nos campi
39 da Unicamp - Informação: Cacc. II - Para Emissão de Parecer – H - Orçamento 2024 - Primeira
40 Revisão - 51) Proc. nº 01-D-49851/2023 - Orçamento 2024 – Primeira Revisão – Demonstrativo

1 Receita/Despesa – Informação Aeplan-608/24 (662/24 atualizada) e Parecer COP-Consu-
2 09/24. I - Suplementação de Recursos - 52) Proc. nº 15-D-3586/2024, do Hospital das Clínicas
3 - Solicitação de recursos pelo Hospital de Clínicas no valor de R\$12.520.709,26 para atender
4 ao custeio dos meses de maio e junho de 2024 - Informação Aeplan-610/24 e Parecer COP-
5 Consu-10/24. J - Termo de Concessão de Uso - 53) Proc. nº 02-P-4538/2024 - Termo de
6 Concessão de Uso, a título gratuito e por prazo determinado (dez anos), do terreno de área de
7 8.410,00 m² da quadra 30 (frente para a Avenida Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira,
8 especificada nos processos administrativos nº 15-P-7384/19, 01-P-12444/18 e 01-P-18922/18),
9 onde se encontra o prédio construído e equipado com recursos destinados pelo Ministério
10 Público do Trabalho para a execução do projeto denominado Instituto de Otorrinolaringologia
11 e Cirurgia de Cabeça e Pescoço (IOU) – Parecer PG-920/24, Informação Aeplan-623/24 e
12 Parecer COP-Consu-11/24. Ordem do Dia Suplementar I - A - Programa de Certificação da
13 Universidade - 01) Proc. nº 01-P-28180/2003, da Assessoria de Economia e Planejamento –
14 Revisão de Certificação e Organograma da Assessoria de Economia e Planejamento –
15 Informações PRDU/GDCE-100/24 e 103/24 e Parecer CVND-61/24. 02) Proc. nº 01-P-
16 13866/2001, do Centro Nacional de Processamento de Alto Desempenho em São Paulo –
17 Revisão de Certificação e Organograma do Centro Nacional de Processamento de Alto
18 Desempenho em São Paulo – Informações PRDU/GDCE-109/24 e 110/24 e Parecer CVND-
19 62/24. 03) Proc. nº 01-P-5562/2004, da Comissão Processante Permanente – Revisão de
20 Certificação e organograma da Comissão Processante Permanente – Informações
21 PRDU/GDCE-102/24 e 105/24 e Parecer CVND-63/24. 04) Proc. nº 01-P-28176/2003, da
22 Diretoria Executiva de Relações Internacionais – Revisão de Certificação e Organograma da
23 Diretoria Executiva de Relações Internacionais – Informações PRDU/GDCE-113/24, 189/24 e
24 190/24 e Parecer CVND-65/24. 05) Proc. nº 01-P-28162/2003, da Escola de Educação
25 Corporativa – Revisão de Certificação e Organograma da Escola Corporativa da Unicamp –
26 Informações PRDU/GDCE-123/24 e 124/24 e Parecer CVND-66/24. 06) Proc. nº 01-P-
27 5561/2004, do Gabinete do Reitor – Revisão de Certificação e Organograma do Gabinete do
28 Reitor – Informações PRDU/GDCE-106/24 e 107/24 e Parecer CVND-68/24. 07) Proc. nº 01-
29 P-8304/2024, do Hub Internacional para Desenvolvimento Sustentável – Certificação e
30 Organograma do Hub Internacional para Desenvolvimento Sustentável – Informações
31 PRDU/GDCE-121/24 e 122/24 e Parecer CVND-69/24. 08) Proc. nº 01-P-17757/2012, do
32 Laboratório Central de Tecnologias de Alto Desempenho em Ciências da Vida – Revisão de
33 Certificação e Organograma do Laboratório Central de Tecnologias de Alto Desempenho em
34 Ciências da Vida – Informações PRDU/GDCE-111/24 e 112/24 e Parecer CVND-70/24. 09)
35 Proc. nº 01-P-8294/2023, do Programa de Projetos Estudantis Espontâneos – Certificação e
36 Organograma do Programa de Projetos Estudantis Espontâneos - Informações PRDU/GDCE
37 114/24 e 116/24 e Parecer CVND-71/24. 10) Proc. nº 01-P-481/2004, da Pró-Reitoria de
38 Pesquisa – Revisão de Certificação e Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa – Informações
39 PRDU/GDCE-108/24 e 131/24 e Parecer CVND-72/24. 11) Proc. nº 01-P-28181/2003, do
40 Sistema de Arquivos da Unicamp – Revisão de Certificação e Organograma do Sistema de

1 Arquivos da Unicamp – Informações PRDU/GDCE-117/24 e 118/24 e Parecer CVND-73/24.
2 B - Tabela de Gratificações de Representação - § 3º do Artigo 1º da Deliberação Consu-A-
3 16/2019 - 12) Proc. nº 01-P-18408/2017 - Proposta de alteração do anexo II da Deliberação
4 Consu-A-16/19, que dispõe sobre a Tabela de Gratificações de Representação, as revisões das
5 certificações da Cocen, ProEC e SEC aprovadas na 398ª Sessão da CAD, de 09.04.24, as
6 propostas de certificações constantes da presente pauta: Aeplan, Cenapad, Deri, Educorp, GR,
7 Hids, LaCTAD, PE², PRP e Siarq, e o quadro de designações da Universidade – Informação
8 Aeplan-614/24 e Pareceres COP-12/24 e PG-1004/24. O MAGNÍFICO REITOR passa aos
9 itens 24 – Proc. nº 41-P-51483/2023 –, da Divisão de Educação Infantil e Complementar, que
10 trata da suplementação de recursos no valor de R\$8.651,26 e descontingenciamento de
11 R\$8.129,08 para realizar a contratação com abertura de concurso público de dois Profissionais
12 da Educação Básica, nível S1A, em jornada de 40 horas semanais; e 33 – Proc. nº 41-P-
13 8292/2024 –, da Divisão de Educação Infantil e Complementar, que trata da contratação com
14 abertura de processo seletivo público temporário de um Profissional da Educação Básica, nível
15 S1A, em jornada de 40 horas semanais, até que seja possível realizar a contratação efetiva
16 através de concurso público, em substituição a servidor desligado em 01.02.24. Destaque do
17 conselheiro Matheus. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS diz que
18 teve algumas dúvidas olhando os documentos: pergunta, no item 24, o que diferenciaria do
19 concurso público aberto já para a professora de ensino básico; e no item 33, se vão fazer abertura
20 de um processo seletivo temporário, ele vai demorar mais que a homologação do concurso que
21 está aberto. E encontrou algumas diferenças de contas que não entende, quando é CLT e quando
22 é estatutário. Por exemplo, o valor do vale- alimentação não bate; sabe que os encargos mudam,
23 mas acha que vale-alimentação deveria ser igual. O senhor EVERALDO PINHEIRO diz que
24 os concursos dos itens 24 e 33 possuem perfis diferentes. O do item 33 é para professor de
25 educação física. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que no caso do 24 são professores
26 para atendimento das crianças portadoras do espectro autista, portanto alguma coisa bem
27 especializada. O senhor EVERALDO PINHEIRO diz que em relação à diferença no valor do
28 vale-alimentação, o senhor Thiago percebeu que no item 24 consta o valor antigo, então é
29 preciso fazer o acerto nos valores. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR
30 submete à votação em bloco os itens 24 e 33, que são aprovados por unanimidade. Passa ao
31 item 51 – Proc. nº 01-D-49851/2023 –, que trata da primeira revisão do orçamento 2024, com
32 demonstrativo de receitas e despesas. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti. O
33 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que quando fizeram a proposta de distribuição
34 orçamentária, a Secretaria de Fazenda havia informado um valor de R\$154 bilhões de
35 arrecadação para 2024, que significava sobre 2023 um crescimento nominal de 7%, e em cima
36 disso fizeram a distribuição. Acompanhando os números de janeiro até abril, abril não está
37 ainda fechado, estão apenas olhando diretamente dentro da planilha da Secretaria da Fazenda,
38 esse primeiro quadrimestre está sinalizando para um crescimento expressivamente maior, em
39 termos nominais, em torno de 12%, o que em termos reais, descontado o IPC da Fipe, seria
40 alguma coisa em termos de 7%. No entanto, na primeira revisão estão mantendo os R\$154

1 bilhões porque a Secretaria da Fazenda não fez nenhuma sinalização e nenhuma dotação para
2 que mudassem esse valor. Imaginam que algum momento isso possa ocorrer, sobretudo no
3 segundo semestre. Portanto, a opção, como tem sido a regra, é manter a sinalização da
4 Secretaria de Fazenda. Verão que há uma alteração muito pequena entre o que foi a distribuição
5 e agora a revisão, basicamente ela tem a ver com dezembro de 2023, porque a própria Secretaria
6 havia feito uma previsão de arrecadar R\$14,5 bilhões em dezembro de 2023 e arrecadou R\$1
7 bilhão a menos, o que significa R\$22 milhões a menos para a Unicamp, então esses R\$22
8 milhões foram descontados em janeiro. O restante são variáveis mais de ajustes, que o senhor
9 Thiago vai explicar, mas o importante é trazer qual tem sido o comportamento do ICMS nesse
10 primeiro quadrimestre. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que, como o professor
11 Fernando já comentou, não houve grandes alterações nesta revisão, é mais uma atualização de
12 valores mesmo. A Universidade apresenta um déficit de R\$346,5 milhões considerando as
13 despesas de 2024, o que significa que estão com um comprometimento de 116,14% das receitas
14 do tesouro do Estado neste exercício. Considerando o saldo aprovado em anos anteriores,
15 chegam a uma utilização de recursos da reserva financeira de R\$620 milhões. Entrando em um
16 detalhamento da receita, ela apresenta uma redução de R\$21,8 milhões, correspondente a uma
17 queda de 0,6%. Como o professor Fernando já adiantou, mantiveram a previsão de arrecadação
18 da Secretaria da Fazenda, a previsão da Lei Orçamentária Anual, que é a mesma que estava na
19 proposta, de R\$154,3 bilhões. Isso significa que mantiveram um recebimento de recursos do
20 tesouro do Estado de praticamente R\$3,390 bilhões, com uma redução de R\$20,3 milhões
21 referente a dezembro de 2023; o que não se arrecadou, mas já havia sido pago à Universidade,
22 foi descontado no mês de janeiro. Mostra o gráfico com o que foi arrecadado de fato e observa
23 que em janeiro e fevereiro esse valor veio acima, tanto do que projetavam como da ideia da
24 Secretaria da Fazenda, mas no mês de março essa arrecadação já não subiu no esperado da
25 Secretaria da Fazenda. Mas surpreendentemente, para abril, a Secretaria da Fazenda jogou essa
26 previsão para R\$13,3 bilhões. Os dados hoje no sistema do estado indicam que essa arrecadação
27 deve fechar em R\$13 bilhões. A previsão pelo Estado se mantém até o momento, então acharam
28 melhor não alterar isso, apesar de uma visível possibilidade de crescimento da arrecadação.
29 Quanto maior for o crescimento dessa arrecadação em 2024, melhor será para a saúde financeira
30 da Universidade e assim vão diminuir aquele déficit que apresentam nas despesas. Estão
31 mantidas nesta primeira revisão tanto a receita como grande parte das despesas. Olhando a
32 arrecadação no ano a ano, em valores reais, percebem que houve um forte crescimento frente a
33 2023, mas comparando anos anteriores continuam muito abaixo dos anos de 2021 e 2022, o que
34 explica toda aquela queda de arrecadação que começa em 2022 e tem o piso em 2023, que
35 mostra até o porquê de terem o déficit neste momento da Universidade. Mostra as arrecadações
36 mês a mês, e observa que 2024 está muito abaixo das arrecadações de 2021 e 2022. Portanto,
37 estão melhores do que em 2023, mas ainda aquém do que foi no passado. As receitas próprias
38 apresentam uma leve redução nos valores totais, e isso acontece por duas movimentações
39 diferentes. As receitas das aplicações financeiras, que são os juros dos rendimentos, dos
40 recursos que possuem no saldo financeiro, tiveram uma queda que aconteceu no primeiro

1 semestre já estimando até o final do exercício, então estão arrecadando uma previsão de R\$17,7
2 milhões a menos. Em contrapartida, entrou uma receita extraordinária, também por volta de
3 R\$17 milhões; como começaram a fazer em 2022, estão fazendo o acerto de algumas contas
4 que eram tratadas como convênio dentro da Universidade, só que a forma mais correta pela
5 contabilidade atual seria ser trazida dentro do orçamento. Então resgatam esses recursos que
6 estavam nas receitas no convênio e trazem para dentro do orçamento. Eles entram aqui tanto na
7 receita como nas despesas, então não fazem nenhum aumento ou diminuição do déficit, mas
8 trazem aqui por esse acerto contábil. As despesas também se situam um pouco abaixo, algo em
9 torno de R\$4 milhões abaixo do estimado inicialmente, e trazendo as principais variações,
10 houve uma leve redução no pessoal por conta de alguns itens estimados que ainda não
11 aconteceram. Algumas movimentações em programas de apoio e projetos especiais que são a
12 transferência de recursos de um lado para o outro. Em projetos especiais, como já fizeram em
13 2023, houve um ajuste na reserva de contingência por causa da queda da arrecadação de ICMS,
14 e as despesas custeadas com receitas próprias, onde aparece um grande aumento, na verdade
15 são aqueles R\$17 milhões que entraram nas receitas e também aparecem nas despesas. No final
16 do ano, provavelmente esse dinheiro não será totalmente consumido, mas como estão trazendo
17 a receita, acharam melhor trazer as despesas no mesmo patamar para não haver nenhuma
18 diferença contábil. As movimentações restantes em despesas foram praticamente cláusulas
19 contratuais, não tiveram nenhum investimento excepcional, algo novo aparecendo. Houve um
20 pedido de alteração feito pela COP na tabela, onde apresentam tanto o suporte financeiro, que
21 é para cobertura do déficit do exercício, que na proposta estava em R\$325 milhões e agora passa
22 para R\$346 milhões, e o suporte financeiro das despesas aprovadas em anos anteriores, que é a
23 redução que acontece de R\$276 milhões para R\$273 milhões, essas despesas começaram a
24 acontecer e já foram acrescentadas ao Grupo VIII, de Projetos Especiais, porque a despesa já
25 está acontecendo. Então, é um pouco do que muda, mas se olharem no início do exercício para
26 agora, a grande diferença é aquela queda dos R\$20 milhões referente a dezembro de 2023. O
27 saldo financeiro em 31.03.2024 estava em R\$1,667 bilhão, um valor menor do que tinham em
28 2023, mas é um valor que está cerca de R\$9 milhões acima de como iniciaram o exercício.
29 Então, isso mostra que as despesas já estão começando a consumir a reserva financeira, esse é
30 o cenário atual. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que, em relação às receitas próprias,
31 ficou claro que o principal item são as receitas financeiras, que revisaram em quase R\$20
32 milhões, de R\$186,5 para R\$168 milhões. Também é verdade que quando fizeram a primeira
33 proposta, em termos de receita própria, tinham uma taxa Selic, que é a base aqui, em torno ainda
34 de 11,5%; ela hoje está em 10,75%, mas também é verdade que o mercado vem trabalhando
35 com uma redução menor em termos da taxa de juros. Essa redução foi feita a partir de uma
36 reunião com a diretoria do Banco do Brasil e o banco trabalhava com uma perspectiva de uma
37 Selic a 9,25% no final do ano. O próprio mercado, o boletim Focus de hoje já mostra que o
38 mercado aposta em uma redução menor e que provavelmente vai ficar em torno de 9,65%.
39 Então com isso provavelmente vai aparecer na segunda revisão, no item de receita própria, um
40 valor diferente, para mais. Não há o que comemorar a taxa de juros alta, mas aqui possuem um

1 saldo, então ela acaba representando uma receita significativa. Um segundo ponto é que, ainda
2 que considerassem aquela revisão de R\$154 bilhões para R\$157 bilhões, o que representaria
3 R\$66 milhões a mais de receita até o final do ano, isso ainda não seria suficiente para reduzir o
4 déficit que mantiveram aqui na primeira revisão, reduz mas não elimina. Certamente uma outra
5 questão que preocupa, quando o senhor Thiago apresentou a despesa em relação à folha, é que
6 todos tiveram a informação que foi enviada à Alesp finalmente a regularização do quadro de
7 servidores da Universidade, tanto funcionários quanto de docentes, e havendo aprovação, que
8 não sabem quando ocorrerá, já estão previstos os recursos no orçamento para iniciar as
9 contratações. Isso já estava previsto desde o começo do ano. O Conselheiro PETRILSON
10 ALAN PINHEIRO DA SILVA agradece pela apresentação e diz que ficou com uma dúvida: o
11 professor Fernando falou agora inclusive sobre essa reserva já para concursos em função da
12 possível aprovação das vagas novas na Alesp, e pergunta se já estaria previsto nas despesas
13 com pessoal esse valor, ainda que isso só vá ser efetivamente gasto em 2025. O Conselheiro
14 FERNANDO SARTI responde que sabem que não vão gastar o ano inteiro, calculam por mês,
15 da mesma maneira a progressão, que também não é um ano todo, então fazem uma aproximação
16 para pegar quantos meses e calculam a partir daí. Tanto a progressão quanto as contratações
17 estão previstas no item pessoal. O MAGNÍFICO REITOR diz que há um número médio, não
18 são aquelas 120 vagas, porque nem possuem essas vagas ainda, não foram aprovadas ainda. O
19 Conselheiro FERNANDO SARTI responde que lançam um número sabendo que, mesmo que
20 fossem as 120 vagas para docentes, não vão acontecer durante 12 meses, porque os concursos
21 demoram para acontecer. Mas lembra que estão em negociação com os diretores aquelas outras
22 vagas, e há as reposições automáticas, que no caso fica dentro da folha quem está se
23 aposentando e há reposição automática. Então, todos esses números são previstos, não são os
24 120, porque essas não estão previstas para 2024. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO
25 AMARAL pergunta se não existe uma descompatibilização, pois estão em um ano em que não
26 podem fazer concurso, pelo que entende, pois é ano eleitoral. O Conselheiro FERNANDO
27 SARTI responde que as eleições municipais não impedem, já que a Universidade é uma
28 entidade estadual. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que tratam o orçamento como
29 uma peça de tudo o que pode vir a se realizar no ano. Então mesmo que essas vagas de docentes,
30 quando forem distribuídas, não se realizem, já deixam isso orçamentado para terem uma noção
31 de qual é o impacto que vai ter na folha. Da mesma forma nas progressões e nas contratações
32 Paepe; já possuem o programa desenvolvimento da carreira até para o que está sendo liberado
33 de novas contratações, quando a PRDU acaba distribuindo as novas vagas docentes, isso já está
34 orçado. Então, isso não será um item que irá aumentar o déficit. Provavelmente não
35 acontecendo esse ano, vai vir a diminuir o déficit no final do exercício, mas os recursos já estão
36 reservados e assim que possível serão distribuídos às unidades. A Conselheira SILVIA
37 CRISTINA FRANCO AMARAL diz que lhe parece que haviam aprovado no ano passado uma
38 vaga de cotas étnico-raciais para cada unidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que na verdade
39 isso não foi aprovado ainda, foi colocada no Expediente uma proposta que implicava, se não
40 está enganado, 120 vagas, 20% das quais seriam étnico-raciais e 5% PCD. Então, eram 24 mais

1 seis que seriam de cotas, mas foi uma proposta que paralisou quando tomaram conhecimento
2 do limite de cargos. Então, agora, uma vez que seja aprovado, conseguem pôr essas 120 em
3 concurso. O problema é que a lógica daquela proposta inclui a ideia de que precisam numerar
4 essas 120 vagas para que tenha lógica a cota em função de 120, 20% e 5% PCD. É uma
5 estratégia diferente do que as universidades federais fazem, que às vezes escolhem o aprovado
6 e o segundo, terceiro, quarto ou quinto lugar para preencher as cotas. Se a Unicamp fizer
7 naquela estrutura, sempre estaria aprovando o primeiro, porque estão definindo uma raia própria
8 previamente, pelo menos no caso étnico-racial; no caso dos PCDs, ficou parecido com as
9 federais. Mas é uma proposta, não foi aprovada ainda, terão que retomar essa discussão à
10 medida que seja viável organizar o concurso. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que o
11 que foi submetido à Alesp foram, no caso para docentes MS, 196 cargos para doutores, que
12 correspondem à transformação de todo o quadro suplementar, os PS e os PP, que eram
13 exatamente 196. E no caso de titulares, são 97, então possuem alguma coisa próxima de 300.
14 Daria tranquilamente para voltar essa discussão de uma distribuição de 120 vagas, das quais
15 20% tinham combinado aqui que seriam dentro da cota, uma por unidade, e mais 5% para PCD.
16 Essa era a ideia, mas nada impede que discutam que esse número possa ser maior, ou menor,
17 se for o caso. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL diz que estão
18 sinalizando que existe uma reserva e que existe uma disponibilidade da Reitoria; acha que urge
19 fazerem essa discussão, porque acha que a Alesp vai aprovar os novos cargos. Não sabem nem
20 se a Unicamp não está fora da lei das vagas para PCD, não sabe se ela cumpre, mas havia todo
21 um movimento para que isso acontecesse. Estão discutindo aqui orçamento, mas orçamento não
22 vem sem uma direção política, então urge essa discussão. O Conselheiro FERNANDO SARTI
23 lembra que há muitos concursos em andamento. Isso, inclusive, foi parte de uma discussão
24 ocorrida em uma reunião com todos os diretores. Independentemente disso, tinham já
25 disponíveis para doutores 44 vagas, das quais os diretores pediram 28, eles estão discutindo,
26 acha que chegaram até a um acordo, depois mais oito para o percurso indígena. Já tinham 28
27 anteriores, incluíram o IEL depois, então vão distribuindo conforme surjam vagas, lembrando
28 que também tinham que reservar um pouco por conta das reposições automáticas. Não fizeram
29 nenhuma reserva, estão tentando repor dentro do possível, e com a aprovação que imaginam
30 que deva ocorrer no prazo de dois meses, teriam condições de pensar em uma proposta para
31 uma distribuição maior. O MAGNÍFICO REITOR diz que quando formularam aquela proposta,
32 paralisaram a discussão diante da dificuldade, porque um dos problemas é criar uma expectativa
33 e não conseguir realizá-la. Essa é mais ou menos ainda a situação em que estão. Isso não
34 impediria, o documento existe, é uma questão de retomar, porque o interessante seria fazer
35 discussão nas unidades, continuar a discussão e se prepararem para quando estiver mais claro.
36 Estão no período de emendas ainda àquele projeto de lei, acho que terão que fazer alguma
37 manifestação até amanhã. Então, o processo ainda está em andamento, é melhor deixar andar
38 um pouco, para verem qual a direção que está sinalizando e conseguir tomar essa iniciativa. Foi
39 no Consu de março de 2023 que o assunto passou no Expediente, e seria interessante as
40 congregações discutirem para verem se aquela proposta contempla uma política de cotas, no

1 caso de concursos docentes. Acha que marcar já uma data para chegar ao Consu talvez seja
2 prematuro, porque não possuem de forma clara o quadro da situação na Alesp, mas seria
3 prudente começar a discutir nas unidades, porque pode ser que convirja rapidamente, pode ser
4 que não. Nesse sentido, quanto mais rápido estiverem preparados para tomar decisão, uma vez
5 aprovados os cargos pela Alesp, é melhor. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a equipe
6 da PRDU acabou de lhe informar que possuem hoje 88 concursos em andamento e 19 livres,
7 ou seja, já distribuídas, mas cujos processos não foram iniciados, então é um número bastante
8 considerável. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que,
9 aproveitando que estão falando da Alesp, na semana passada causou muita preocupação o
10 comunicado de que talvez o governador mexesse nas cotas das universidades. Pergunta se está
11 andando algum processo de constitucionalização dos orçamentos das universidades, como as
12 três universidades estão pensando sobre isso. O MAGNÍFICO REITOR responde que iria dar
13 essa informação no Expediente, mas adianta que esse documento chegou na Alesp com duas
14 coisas: uma parte referente às universidades, cujo montante continua o mesmo, 9,57%, o que
15 houve foi a inclusão de duas faculdades de Medicina, a Famema, que é de Marília, e a Famerp,
16 que é de São José do Rio Preto, e a inclusão da Univesp. São orçamentos, em face dos
17 orçamentos das estaduais, bem pequenos, mas que implicariam uma redução para a Unicamp
18 de cerca de R\$80 milhões do seu orçamento. Houve uma intervenção rápida do Cruesp, um
19 contato com o Governo do Estado, e houve o atendimento da solicitação, o Governo do Estado
20 vai mudar a proposta no que se refere às três universidades. Então, os 9,57% continuarão sendo
21 vinculados aos orçamentos na forma tradicional, Unesp, USP e Unicamp. Resta uma questão
22 ainda pendente em relação à Fapesp, embora ela seja constitucional; há uma polêmica jurídica
23 sobre a qual não conseguiria dar detalhes, mas parece que há alguma abertura para a legislação
24 federal que poderia tirar a Fapesp, ainda que a constituição estadual a garanta. Obviamente,
25 estão envolvidos no movimento para que se preservem os recursos da Fapesp, que foi essencial
26 para a construção do sistema paulista de ciência e tecnologia. A Conselheira MARISA
27 MASUMI BEPPU diz que iria se manifestar no Expediente, mas também vai adiantar os
28 assuntos. Um deles era esse, exatamente perguntar, como o Matheus disse, se há uma
29 viabilidade dessa constitucionalização. Se existe algum movimento, alguma possibilidade de o
30 Cruesp negociar com o Governo do Estado. E o outro ponto que ia perguntar era sobre
31 exatamente a lei de cargos que foi submetida. Lendo o texto, observa que houve algumas
32 alterações em relação à versão submetida em 2018, mas uma que lhe chamou a atenção é o item
33 que menciona que os reajustes salariais concedidos não poderiam superar aqueles estabelecidos
34 pelo Cruesp. Esse item não havia antes e não há na lei de cargos da USP, então pergunta se isso
35 foi uma exigência do estado para que pudesse caminhar, se existe uma isonomia em relação à
36 USP, porque é realmente uma cláusula que acaba amarrando um pouco mais os reajustes na
37 Unicamp. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que isso foi
38 algo negociado inclusive com a Procuradoria Geral do Estado, na Assessoria Técnico-
39 Legislativa, porque a lei da USP é de 2008, e de lá para cá muita coisa mudou. Houve uma ADI
40 sobre o reajuste Cruesp que é concedido, mas felizmente a Universidade ganhou em primeira

1 instância no TJ e também no Supremo Tribunal Federal. Com base nisso, argumentaram com
2 eles que poderiam fazer esse reajuste por ato do Cruesp e em cada universidade. Então a maneira
3 como conseguiram negociar para que isso passasse e estivesse exposto foi essa redação. O
4 MAGNÍFICO REITOR observa que aparentemente é mais uma garantia do que um prejuízo.
5 Em 2021, pela primeira vez, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público de Contas
6 do Estado conseguiram pautar no Tribunal de Justiça de São Paulo uma questão de que o
7 reajuste das universidades deveria ser votado na Alesp. Mas as universidades ganharam o
8 processo, e prevaleceu o entendimento de que na autonomia universitária está prevista a
9 possibilidade de o Cruesp definir. Então, na verdade, é uma garantia, no sentido de formalizar
10 isso de alguma forma. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que
11 essa foi uma ação do próprio Ministério Público Estadual, uma ADI que foi proposta já no TJ,
12 no órgão especial, as universidades conseguiram a vitória já no órgão especial e depois no
13 Supremo. Então, essa cláusula visa ilustrar essa possibilidade de as universidades concederem
14 reajuste, porque senão cairiam no dispositivo constitucional que exige uma lei anual na Alesp
15 para que possam conceder reajuste. Ela está, na verdade, exaltando a autonomia universitária.
16 A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que entende que ela reforça o Cruesp, mas ao
17 mesmo tempo fala que ela não pode ultrapassar o Cruesp, esse é o ponto. Mas agradece pelo
18 esclarecimento. O MAGNÍFICO REITOR diz que pelo menos é o que tem, via de regra,
19 aconteceu. Houve o caso da Unesp, que concedeu, mas não cumpriu, e depois cumpriu ano
20 passado em uma negociação por vários anos. Em relação ao primeiro tópico, o Cruesp fez,
21 desde o período pré-eleitoral, conversas com os três candidatos mais importantes da época, que
22 eram o governador em exercício, o Rodrigo Garcia, o governador atual, Tarcísio de Freitas, e o
23 candidato Fernando Haddad. Para todos ele levou uma proposta que era fazer um sistema
24 similar ao da Fapesp, considerar toda a base de arrecadação, o que traria uma defesa mais ou
25 menos prévia em relação à mudança da legislação tributária, que é o que já está em curso, e
26 implicaria uma redução de percentuais, porque estariam ampliando a base para manter a mesma
27 quantidade de recursos arrecadados. Então, essa era a primeira parte da proposta, e a segunda é
28 que fosse constitucionalizado. Teve simpatias, em maior ou menor grau, a simpatia que era
29 generalizada era a ideia de manter o decreto da autonomia, e foi isso que acabou se mantendo.
30 Não entrar nessa discussão, já fizeram alguma em GTs do Cruesp falando sobre a reforma
31 tributária, então é uma questão que está em pauta. Possuem alguma dúvida sobre a oportunidade
32 de fazer isso, pois ao abrir essa discussão podem ter também resultados negativos. Então
33 precisam pensar em uma estratégia de que o bom já é suficiente, e almejar o ótimo pode acabar
34 em uma solução ruim. Talvez ter na constitucionalização a principal meta e não na manutenção
35 do decreto, que tem as suas incertezas, mas é um espaço, talvez, mais favorável de trabalhar. É
36 difícil julgar isso, já tiveram mais de uma vez dificuldades em diferentes períodos da
37 governança do estado, então é prudente ter uma certa cautela e procurar ver o que é o mais
38 importante para garantir. Não há uma convicção plena do que fazer, embora a reivindicação
39 tenha sido posta na mesa para todos os candidatos e tenha sido reafirmada para o governo do
40 Estado também. Todas as vezes que discutiram essa questão, sempre houve uma reafirmação

1 de que não se mexeria nisso, porque a questão basicamente do sistema de ciência e tecnologia
2 de São Paulo, no caso das universidades, é que as universidades desempenham um papel muito
3 importante, que é um sistema exitoso e que merece ser preservado. A despeito dessa situação
4 recente, o recuo de alguma forma indicou a manutenção disso, isso foi mantido como diretriz.
5 Sabem que existem várias visões políticas, várias avaliações e, portanto, sempre há uma
6 polêmica. Tiveram, em governos anteriores, a questão de “até o máximo de”, tiveram, no caso
7 da Fapesp, um período em que foram retirados recursos, a ideia era pôr direto no sistema de
8 institutos de pesquisa, depois se acabou encontrando uma outra solução. Então, é uma questão
9 que sempre abre polêmica, por isso precisam andar com cautela para preservar o mais
10 importante, que até o momento têm conseguido. Acha que, em algum momento, terão que
11 pensar realmente na constitucionalização talvez com mais ênfase, mas há dúvida nas três
12 reitorias se este é o momento, se é a oportunidade mais adequada. Mas vai se abrir uma
13 discussão em função da mudança de financiamento. No Estado, ela tem uma implicação ainda
14 por vir, porque a reforma concretamente não começou, e os três primeiros anos dela ocorrem
15 em nível federal e não em nível estadual. Então, há um período pela frente em que vão ter que
16 ficar bem atentos e ver como preservar os interesses das universidades. O Conselheiro
17 FERNANDO SARTI diz que o GT formado pelas três universidades chegou a simular um
18 percentual do que deveria ser a alíquota, em cima do IBS, que vai substituir o ICMS junto com
19 o ISS. Na verdade, quando foi feita essa primeira simulação, ainda não tinham o detalhamento
20 que foi apresentado pelo governo federal duas semanas atrás. Então, estão melhorando esses
21 números. Há inclusive, há um debate interno na Secretaria de Fazenda, que o senhor Thiago
22 tem acompanhado, se haveria uma perda ou não de arrecadação inicialmente para o próprio
23 Estado de São Paulo. O modelo foi na direção que sim, haveria, e depois há uma recuperação
24 com os efeitos indiretos. O modelo é um pouco mais sofisticado, mas terão o maior prazer
25 depois de explicar. Então, foram simulando, e agora, com esse detalhamento, já possuem um
26 pouco mais da previsão. Lógico que o processo é lento, vai levar muitos anos, mas já teriam
27 uma alíquota para propor em relação ao IBS; é uma alíquota menor, porque se somam outros
28 impostos, mas teriam que levar em consideração essa primeira queda e um posterior aumento.
29 Não estava previsto, e isso acha que explica um pouco do aumento da arrecadação, que vários
30 estados, sobretudo os mais fortes, fizeram nesse período um aumento das suas alíquotas, devem
31 ter acompanhado isso pela imprensa. São Paulo fez isso, porque essa alíquota média vai ser
32 importante na compensação dentro do fundo daqui a alguns anos. Então, precisam trazer isso
33 para dentro do modelo para, no fundo, balizar um pouco. Mas não tem dúvida de que o aumento
34 da arrecadação neste quadrimestre se deveu ao aumento da alíquota e à questão dos preços
35 administrados, que subiram 35%. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que
36 este assunto é importante de ser debatido, é bom que o Consu e a CAD conheçam bastante
37 informação porque envolve uma questão estratégica que envolve a todos e as suas ações, em
38 especial neste momento. Quando aparece isso na Lei Orçamentária Anual, e que, de fato, já
39 apareceu há cerca de 10 anos, o “até 9,57%” depois recuou, e agora, mais uma vez, recua,
40 pergunta qual a justificativa que o governo dá, que foi sem querer, que não perceberam.

1 Pergunta qual é o jogo político aí, o que foi que houve, porque na medida em que fazem uma
2 ação dessa, é muito evidente que houve uma diminuição dos 9,57% das três paulistas, é
3 aritmética, não tem o que dizer. Isso foi discutido, foi proposto e foi para a Assembleia
4 Legislativa, então foi um susto. O MAGNÍFICO REITOR responde que é sempre difícil fazer
5 uma avaliação concreta disso. O que acha que existe, e na sua visão é uma coisa que mais ou
6 menos perpassa várias instâncias de governo, de todos os níveis, é que, primeiro, a vinculação
7 é algo não necessariamente desejado, porque tira graus de liberdade dos atores políticos do
8 governo. O fato é que os políticos querem ter o orçamento na mão para fazerem política, então
9 acha que esse é um elemento que motiva procurar desvinculações. E há não só políticos, mas
10 técnicos que acham isso também certo, economistas etc., e acabam amarrando o orçamento
11 nessas questões. Isso é uma estratégia das instituições, dos movimentos, para preservar direitos.
12 Então, há essa disputa, no campo político, de quem quer ter mais liberdade de ação e de quem
13 quer garantir recursos para determinadas finalidades. Acha que há outros elementos, e é
14 importante a Universidade ter uma ação, por exemplo, na sua relação com a sociedade. Vive
15 dizendo isso, e só para dar um exemplo, o Tribunal de Contas do Estado fez 100 anos e houve
16 uma grande celebração em São Paulo. Pela primeira vez, eles convidaram os reitores da USP e
17 da Unicamp para fazer parte da mesa da cerimônia, porque, de alguma forma, as universidades
18 estão estabelecendo relações mais amplas com a sociedade. Um grande movimento que a
19 Unicamp fez ano passado foi, junto com a USP e com a Unesp, e junto com o Tribunal, fazer
20 toda uma preparação da lei de licitações. Fizeram várias reuniões, discutiram, eles vieram aqui,
21 foram em São Paulo com cerca de 70 profissionais da Unicamp para participar de atividades no
22 Tribunal de Contas do Estado, junto com a USP e a Unesp. Aqui a Unicamp fez, algum tempo
23 atrás, treinamento de profissionais da Polícia Militar do Estado para a nova lei de licitações, e
24 recebeu um grande agradecimento por isso. Então essas coisas, como é questão do radar, a
25 entrada no Provão Paulista, existe um envolvem mostrar, de uma forma mais contundente, o
26 papel que cumprem no desenvolvimento do Estado. Nem todos apostam nisso, existe uma
27 disputa em relação a isso, mas há uma parte que podem fazer. Diria que são esses dois fatores,
28 tem um aspecto que é o desejo político de ter mais liberdade de ação de quem está no poder,
29 em geral, então não está fazendo aqui um julgamento de valor específico, está falando em geral.
30 E existe, obviamente, uma visão de que quando discutem qual é o percentual para a educação,
31 para a saúde, no fundo estão discutindo a garantia de determinados direitos vinculados a política
32 sociais. Então essa é a parte da história que envolve a Universidade, e para essas coisas se
33 juntarem, o importante é que ela execute uma atividade que seja muito reconhecida pela
34 sociedade, pois isso implica reconhecimento político para quem está no poder também. É dessa
35 forma que enxerga as coisas e insiste muito para que mantenham essa perspectiva. A
36 Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL solicita a palavra para a professora
37 Silvia Gatti. A Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz que com relação aquilo que
38 foi encaminhado para a Alesp, acha que devem ficar constantemente atentos ao que está
39 acontecendo na Alesp, não só com relação à Fapesp, mas também com relação às três
40 universidades. De repente pode aparecer alguma coisa pior do que aquilo que foi colocado, pois

1 não está resolvido ainda. Informa que ontem ocorreu uma reunião da equipe técnica do Cruesp
2 com o Fórum das Seis, a reunião foi boa, tranquila, no sentido de que os dados foram
3 apresentados, foram discutidos. Pela primeira vez, viu o pessoal da equipe técnica do Cruesp
4 entender a necessidade de se discutir a questão da permanência estudantil, porque se aqui
5 avançaram muito, nas outras duas universidades é quase aviltante a situação dos acadêmicos.
6 Então haverá uma troca de informações, então achou bastante positivo, ressaltando que pela
7 primeira vez aquilo apareceu na discussão. Fica parecendo que só se reúnem para discutir
8 salário, mas a pauta possui outros itens importantes também, além da data-base. Enquanto a
9 previsão da Secretaria da Fazenda de arrecadação do ICMS subiu para R\$157 bilhões, a
10 previsão do Fórum das Seis é de R\$160 bilhões, portanto reforçam a solicitação dos 11% mais
11 7%. Apareceu a possibilidade de uma negociação, que também foi um ponto positivo da reunião
12 ontem. O MAGNÍFICO REITOR diz que tem em mãos uma mensagem do governador dirigida
13 ao deputado André do Prado, que preside a Alesp atualmente, da qual passa à leitura: “Em
14 aditamento à mensagem A nº 023 do dia 30 de abril último, pela qual encaminhei a essa nobre
15 Assembleia o projeto de lei que recebeu o número 302 de 2024, que dispõe sobre as diretrizes
16 orçamentárias para o exercício de 2025, venho solicitar a Vossa Excelência que nele seja
17 procedida alteração constante do texto anexado a essa mensagem. A medida visa suprimir do
18 *caput* do artigo 5º do referido projeto de lei, as menções à Faculdade de Medicina de Marília -
19 Famema, a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Famerp e a Fundação
20 Universidade Virtual do Estado de São Paulo - Univesp. Reitero a Vossa Excelência protestos
21 de elevada consideração, Tarcísio de Freitas, Governador do Estado de São Paulo”. Então ele
22 já enviou essa mensagem à Alesp, o que imaginam que terá uma influência bastante
23 significativa na aprovação da lei orçamentária. Obviamente devem ficar alertas, o que exige
24 movimento; por exemplo, tiveram uma dificuldade grande com a questão dos cargos para
25 desencadear, que foi encaminhada no governo passado. Não é só a Reitoria que pode fazer isso,
26 já sugeriu que se fizesse uma comissão de diretores para conversar com os deputados. Não é
27 uma coisa difícil, eles estão dispostos, e há estrutura aqui, o senhor William, que é assessor do
28 Gabinete, tem contato com todos os deputados estaduais. Podem ir lá conversar, discutir,
29 apresentar isso, reforçar essa demanda, isso ganha um outro impacto do que só a Reitoria fazer.
30 A ADunicamp e o STU costumam fazer isso, faz parte da ação política deles, mas a Instituição
31 pode fazer via Reitoria e pode fazer também via suas diretorias. É uma forma de levar uma
32 mensagem que está mais associada às pessoas que estão na ponta do ensino, por exemplo, em
33 relação aos cargos, qual é a importância de manter o percentual. Tudo isso compõe um
34 movimento que gera algo positivo na direção da preservação dessa conquista, que é essencial.
35 Então, isso não é algo que deveria ser só encampado pela Administração Central em termos de
36 representação da Universidade. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria,
37 que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 52 – Proc. nº 15-D-3586/2024 –, do Hospital
38 de Clínicas, que trata da solicitação de recursos pelo Hospital de Clínicas no valor de
39 R\$12.520.709,26 para atender ao custeio dos meses de maio e junho de 2024. Destaque da
40 professora Verónica. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que

1 destacou esse item para tirar duas dúvidas: no documento lhe chama a atenção um termo aditivo,
2 que se tivesse tido o recurso repassado, diminuiria o montante de R\$12 milhões, então a
3 primeira pergunta é quanto a esse termo aditivo. Um segundo assunto, pelo que conseguiu
4 compreender da COP, é uma mudança quanto a uma complementação que será feita via um
5 sistema novo, SUS Paulista. Então, queria entender um pouco melhor se essas duas medidas
6 poderão, talvez, reduzir essas suplementações que vêm fazendo ou não, porque há outras
7 carências. Queria entender se essas duas medidas, se implementadas e bem-sucedidas, poderão,
8 em um futuro minimamente próximo, ajudar a equacionar, a equalizar esses repasses. O
9 Conselheiro FERNANDO SARTI responde que foi feito o termo aditivo, são de 12 parcelas de
10 R\$5,652 milhões, que totalizam R\$67 milhões. O problema é que há discussão ainda de como
11 fazer esse repasse, e por conta disso houve um atraso que levou à necessidade dessa
12 suplementação para dois meses. Com relação ao SUS Paulista, há duas discussões em
13 andamento; primeiro lembra que todo recurso que vem do SUS passa por São Paulo, mesmo o
14 federal, o SUS Paulista faz uma complementação. Há duas questões importantes, a primeira é
15 com relação à sistemática de pagamento, que discutiram na COP, a doutora Fernanda Orsi
16 explicou, que era o fato de que antes recebiam pelo teto, o que significava fazer uma
17 contratualização, em que teriam que fazer um determinado número de cirurgias e cirurgias. Se
18 houvesse alguma variável fora de controle, por exemplo, pelo fato de ser hospital porta aberta,
19 chegar uma pessoa que sofreu um acidente, e por isso uma cirurgia que estava programada não
20 pode acontecer. Então, sempre houve, por parte da Secretaria, esse entendimento de que mesmo
21 não cumprindo 100%, o Hospital recebia, desde que ficasse dentro de uma margem de 85%.
22 Isso mudou, e agora no SUS Paulista vão receber exatamente o que conseguirem comprovar de
23 produção. A segunda mudança tem a ver com o próprio fato de que há um recurso também do
24 SUS Paulista que está sendo destinado para autarquias na área da saúde. Isso vai cobrir as Santas
25 Casas e vai também cobrir alguns daqueles hospitais. No caso da Unesp, que virou uma
26 autarquia, como é o caso da USP, em relação ao HC, mas a Unicamp não entrou aí, porque sua
27 área hospitalar pertence a uma autarquia, que é a Unicamp. Esses recursos que estão sendo
28 solicitados aqui têm a ver com esse primeiro entrave que houve na forma de transferir o que já
29 está assinado, que são essas 12 parcelas de R\$5,6 milhões. A Conselheira MARIA LUIZA
30 MORETTI diz que estava na reunião com o secretário de Saúde quando isso foi discutido, e a
31 primeira condição que ele colocou é que os hospitais da Unicamp não são autarquias. Embora
32 a Universidade seja autônoma, ela é ligada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, não à
33 Secretaria de Saúde. O repasse que veio do Ministério, que são esses R\$67 milhões que o
34 professor Sarti colocou, foi direcionado à Secretaria de Saúde, por isso o recurso não pode ser
35 repassado para a Unicamp. Dessa forma, o secretário de Saúde fez uma triangulação financeira,
36 com autorização do governador: esse dinheiro vem do Ministério para a Secretaria de Saúde,
37 da Secretaria de Saúde ele vai para a Ciência e Tecnologia, da Ciência e Tecnologia passa para
38 a Universidade como verba orçamentária. Vai entrar não como extraorçamentária, como entra
39 o dinheiro do SUS, é uma verba orçamentária que vai entrar. Em relação ao SUS paulista, por
40 essa mesma razão que acabou de explicar, a tabela que poderia melhorar para os serviços

1 médicos hospitalares, vai ser a mesma tabela SUS. Então, se fizerem 85% do teto, vão receber
2 85% do valor que o SUS paga, que é menos do que o SUS Paulista. Então, passam a receber
3 pelo teto, não mais pelos 85%, mas também no mesmo valor que o SUS paga, ou seja, saem
4 perdendo duas vezes. Por isso esse atraso, então a Universidade vai fazer essa complementação.
5 Esse dinheiro deve estar para entrar por agora, e ele vai sempre vir dessa forma. O Governador
6 explicou que para que isso aconteça, ele terá que fazer um decreto para liberar o dinheiro entre
7 as duas secretarias, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Ciência e Tecnologia. E, de acordo
8 com o que é previsto na lei, esse decreto poderá ser feito entre três e quatro vezes ao ano. O
9 senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que nos últimos anos vêm recebendo aqueles
10 recursos extras do Governo do Estado, da Secretaria Estadual, que entram pelo sistema de
11 alteração orçamentária. O valor entra no orçamento da Unicamp e é distribuído para o HC, isso
12 é algo que apresentaram nas últimas revisões. O modelo é receber isso da mesma forma, mas o
13 pedido demora mais de um mês para sair, até por isso o Hospital já imagina que, em maio e
14 junho, não chegará esse dinheiro, somente a partir de julho. No início da semana passada,
15 receberam uma nova previsão dos hospitais, considerando esses repasses trimestrais a partir do
16 meio do ano, e caso cheguem todos os recursos, o HC estima que não será necessário solicitar
17 mais nenhuma suplementação de recursos da Universidade. O Conselheiro CLAUDIO SADDY
18 RODRIGUES COY diz que isso mostra essa situação da área da Saúde, que quando tem algum
19 benefício com relação a repasse, há essa dificuldade que a professora Luiza colocou, em função
20 de não estar ligada à Secretaria de Saúde. Sempre vai ter essa dificuldade pela condição que
21 estão, que é *sui generis* dentre das universidades, é a única que tem área da Saúde dentro do seu
22 orçamento. O MAGNÍFICO REITOR acompanha o que o professor Coy falou. A dificuldade
23 é que a situação da Unicamp é única, os hospitais estão no seu orçamento e fazem parte da sua
24 estrutura. Então, quando eles pensam esses projetos, focam naquilo que está ligado ou
25 diretamente a eles, ou tem um convênio com eles, como são as casas de saúde. Isso cria
26 problemas; fica achando às vezes que estão subindo uma escada que está descendo, então
27 precisam andar para cima para ficar no mesmo lugar. É um pouco meio essa sensação que dá.
28 No governo passado, por exemplo, receberam R\$12 milhões, e não sabe se teve que passar
29 dinheiro da Secretaria de Estado de Saúde para a Secretaria de Ciência e Tecnologia para eles
30 chegarem aqui. É lógico que isso depende um pouco da segurança jurídica que o administrador
31 tem; no caso concreto hoje ele está falando que é necessário, porque as universidades estão
32 ligadas à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Essa é a afirmação que foi feita. No entanto, o
33 dinheiro vai para a área de Saúde, então existe aí algo que não sabe como os governos passados
34 resolveram, e se tinha a base jurídica para resolver de outro jeito. O fato é que vem um dinheiro
35 do SUS, para o Estado de São Paulo, e é um dinheiro extraorçamentário. Mas todo o dinheiro
36 do SUS ele passa pela decisão estadual, ele passa via Secretaria de Estado de Saúde. Então, o
37 que está se fazendo é pegando um dinheiro que é extraorçamentário e dando dinheiro
38 orçamentariamente, e isso traz problemas para a Universidade, que vai contratar mão de obra,
39 isso significa Esunicamp por 30 anos, não é CLT, Funcamp. Essa é uma dificuldade que vão
40 ter que transitar internamente no orçamento, não é a situação mais vantajosa para ajustar

1 contratos a serviços, porque expandem e não conseguem diminuir. O que podem fazer é
2 comprar mais consumíveis, equipamentos nesse dinheiro, só que já estão batendo no teto de
3 contratação com os recursos SUS, que são os recursos que vão para a Funcamp. Então, precisam
4 trabalhar para ver se entendem melhor por que estão fazendo isso. A outra coisa que houve,
5 simultaneamente, aí tem um lado positivo, é que estão querendo pagar mais para o SUS Paulista.
6 Isso é muito positivo porque a tabela do SUS está bem abaixo do custo hospitalar, só que a
7 Unicamp não faz parte de nenhuma das estruturas comuns, o que torna difícil pagar para ela.
8 Isso vai ter que ser uma coisa resolvida pela Secretaria de Estado de Saúde, e aparentemente há
9 uma boa vontade em resolver isso. Fizeram uma reunião aqui com os deputados, há um tempo
10 atrás, para explicar essas dificuldades, mas nessa mudança do SUS Paulista, se mudou também
11 a forma de pagamento. E daí entra um outro problema da estrutura hospitalar da Universidade,
12 que é um equipamento de alta complexidade que atende a emergência. Então, no pagamento
13 anterior, se cumprissem o 85% da meta, recebiam 100%; agora, recebem o que cumpriram, só
14 que a emergência dificulta cumprir a meta. A Unicamp tem uma dificuldade de ser uma
15 estrutura bastante particular na questão do financiamento, isso acaba afetando a sua situação. É
16 mais ou menos o que discutiram hoje de manhã, também, em relação ao percurso indígena. É
17 tanto problema junto que achar uma solução desse conjunto de problemas não é exatamente
18 simples. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por
19 unanimidade. Passa ao item 53 – Proc. nº 02-P-4538/2024 –, que trata do Termo de Concessão
20 de Uso, a título gratuito e por prazo determinado (dez anos), do terreno de área de 8.410,00 m²
21 da quadra 30 (frente para a Avenida Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, especificada
22 nos processos administrativos nº 15-P-7384/19, 01-P-12444/18 e 01- P-18922/18), onde se
23 encontra o prédio construído e equipado com recursos destinados pelo Ministério Público do
24 Trabalho para a execução do projeto denominado Instituto de Otorrinolaringologia e Cirurgia
25 de Cabeça e Pescoço (IOU). Destaque dos conselheiros Verónica, Wagner e Silvia. A
26 Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que o Ministério Público
27 destinou um recurso para a construção do prédio, em um espaço cedido pela Unicamp, o prédio
28 está construído e agora estão na instância de ver quem vai administrar esse prédio, com todos
29 os equipamentos que lá se encontram, para que ele possa complementar o trabalho do Hospital,
30 com especificidades, que foi o foco da construção. No documento, se diz que no atual cenário,
31 não há expectativa ou garantia de que a Unicamp será contemplada com repasses de recursos
32 públicos para a continuidade das atividades, então seria uma motivação que levaria a apelar a
33 uma fundação, pelo que entende. Essa fundação, conforme o documento, já havia sido indicada
34 pelo Ministério Público, então se pede à Unicamp para ela viabilizar a cessão do trabalho dessa
35 fundação. E para isso, se estabelece que o mínimo de 60% do que será oferecido vai ser via
36 SUS e o restante via recursos privados, via atendimento privado, para arrecadar fundos para
37 que se possa administrar esse prédio. E, fora isso, se fala sobre a cessão do prédio, sem custo,
38 por 10 anos. Então, pergunta sobre o controle que seria feito, porque, em alguma parte do
39 documento, também se diz que podem controlar a porcentagem de atendimento, se de fato está
40 acontecendo desse modo, que há um percentual alto do SUS e o restante privado, e também que

1 isso seja feito em comum acordo com o Ministério Público, ou que haja uma comunicação.
2 Entende que a Unicamp não consegue administrar sem a ajuda de alguém, mas gostaria de ouvir
3 mais quanto a isso, para que se entenda o contexto. O Conselheiro WAGNER DE MELO
4 ROMÃO diz que esse foi um dos maiores processos na história do Tribunal Superior do
5 Trabalho, aqui no Brasil. A Basf e a Shell funcionaram entre 1974 e 2002 na produção de
6 agrotóxicos no município de Paulínia. Milhares de pessoas foram contaminadas, milhares de
7 trabalhadores foram contaminados no processo de produção desses agrotóxicos, dezenas de
8 trabalhadores já tinham falecido quando esse processo foi dado a cabo. E, ao final do processo,
9 as multinacionais, a Basf e a Shell, se comprometeram a pagar atendimento médico vitalício a
10 mais de mil ex-trabalhadores, diretos e terceirizados, e seus dependentes. Além disso, deveriam
11 pagar também R\$200 milhões em indenização por danos morais coletivos e aproximadamente
12 outros R\$170 milhões aos ex-trabalhadores e seus dependentes a título de indenização
13 individual. Entende que parte desse recurso dos danos morais, desses R\$200 milhões, veio para
14 essa construção do IOU. Lendo o processo e esse termo de concessão, que se coloca como um
15 termo de concessão de uso de imóvel entre a Universidade Estadual de Campinas e Fundação
16 da Área da Saúde de Campinas, parece-lhe que ele é muito mais do que um termo de concessão
17 de uso. Ficou com muitas dúvidas, e vai tentar pontuar algumas no tempo que lhe é permitido.
18 No item 7, página 2, se fala que o Instituto seria uma extensão do Hospital de Clínicas da
19 Unicamp, não deveria onerar adicionalmente os recursos da Unicamp, não ensejaria mudança
20 orçamentária, uma vez toda a estrutura da Divisão de Otorrinolaringologia, Cabeça e Pescoço,
21 seria transferida do HC para o novo prédio, com exceção das cirurgias de grande porte que
22 demandassem internação prolongada e UTI. Então, tem duas perguntas: se o IOU é uma
23 extensão do HC, ele faz parte do complexo hospitalar da Unicamp, ou ele já não é mais parte,
24 e ele é de posse Fascamp total, porque o que estão fazendo aqui é transferir o prédio, que foi
25 dado em doação para a Unicamp, para a gestão do IOU nesses 10 anos. A segunda pergunta
26 tem a ver com essa questão de se as cirurgias de grande porte, internação prolongada e UTI,
27 ficam no HC ou eventualmente ficam na sede do IOU. A terceira questão é essa que a professora
28 Verónica comentou, de que não há expectativa, garantia que a Unicamp seja contemplada com
29 recursos públicos adicionais para a continuidade das ações SUS relacionadas à especialidade.
30 Causa-lhe estranheza, porque, afinal de contas, a Unicamp recebe os seus recursos, a Secretaria
31 de Saúde complementa esses recursos, acabaram de votar aqui R\$12 milhões em
32 complementação, então pergunta por que que só nesse caso, no caso da Otorrino, isso é
33 destacado. O ponto 10, logo em seguida, diz que havia no projeto, e não aparece o projeto, ficou
34 em dúvida onde está esse projeto, a previsão de que com o passar do tempo, e achou também
35 um termo estranho, porque “com o passar do tempo” pode ser daqui a dois minutos, pode ser
36 daqui a 20 anos, a estrutura do IOU viesse a ser custeada por fonte diversas, públicas e privadas.
37 No ponto 15, menciona-se que há interesse da Fascamp em utilizar-se do prédio no terreno da
38 Unicamp, com os recursos destinados pelo MPT para a execução do projeto, prestar assistência
39 à saúde diretamente e executar de forma complementar ações gratuitas de assistência à saúde.
40 Então, pode se equivocar aqui, talvez no linguajar da área, mas lhe parece que de forma

1 complementar é complementar, prestam assistência à saúde diretamente, aqui não está
2 especificado se isso é algo privado, se é cobrado ou não, mas de forma complementar ações
3 gratuitas de assistência à saúde. No item 16, se coloca que há interesse da Fascamp em
4 viabilizar, por meio de um acordo de cooperação, que docentes médicos vinculados atuem nas
5 dependências do IOU no desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão. Acha
6 que é esperado que isso aconteça, mais esperado ainda que isso fosse nas dependências do HC.
7 Na página 6, novamente aparece no item 2.1.1, está colocado que “de forma suplementar a
8 finalidade acima, nos termos da legislação, a concedente, Unicamp, não se opõe a que a
9 concessionária se utilize de parte do espaço, que se refere supra, para prestar assistência à saúde
10 diretamente à população, observados os limites e restrições legais, desde que garantido o
11 atendimento SUS em percentual não inferior a 60%”. Observa que em geral essas coisas acabam
12 virando teto, ou seja, estão aqui liberando que esse prédio seja utilizado 40% para o atendimento
13 privado, o atendimento complementar ao SUS, no privado. No item 2.3, diz que “a partir do
14 início da vigência da concessão de uso, a concedente deixará de executar diretamente essas
15 ações por meio de seu Hospital de Clínicas”. A Unicamp deixa de executar essas ações por
16 meio do HC, ficando mantido o departamento de Oftalmologia, então também ficou essa
17 dúvida, que o HC está vedado a produzir esse tipo de assistência em qualquer momento, acha
18 isso questionável. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL diz que há duas
19 preocupações, essa última que o Wagner traz, a última que o Wagner traz, se o IOU é parte ou
20 não do HC, é complementar ou não o HC, se a gestão dessa concessionária vai permitir ou não,
21 então fica estranho isso para quem lê. Quer dizer, o Departamento de Oftalmologia e
22 Otorrinolaringologia vai ficar restrito à Faculdade de Ciências Médicas e a concessionária
23 incentivar o vínculo dos docentes ou viabilizará, ou seja, ela pode não viabilizar também, pelo
24 menos para ela está escrito em letras pequenas isso. A sensação que tem é de uma privatização
25 por dentro; já possuem uma Policlínica aqui dentro, agora vão conceder a gestão do IOU, por
26 isso pergunta se o controle desse espaço estará sobre a batuta conselho superior do HC, quem
27 fará o controle social, quem garante, como a professora Verónica pergunta, que 60% realmente
28 será atendido pelo SUS. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que foram
29 colocados aqui dados bastante importantes, é bom esclarecer, porque começa a gerar um ruído
30 que não é exatamente da forma como foi conduzida a questão. Então, realmente é um processo
31 oriundo de uma ação trabalhista, e uma parte desse recurso veio para a construção do IOU, outra
32 parte foi para a construção de um barco hospital dos frades franciscanos lá na Amazônia. A
33 doutora Silvia Brandalise recebeu uma parte para fazer uma unidade de pesquisa aqui no
34 Boldrini, e uma ONG recebeu para fazer em Piracicaba uma ONG sobre oncologia. A Fascamp
35 recebeu o dinheiro, construiu, o professor Agrício, professor titular do Departamento de
36 Otorrinolaringologia, conseguiu esse recurso, ele poderia ter levado esse prédio para qualquer
37 outro local, mas ele sempre quis trazer para cá, por causa do vínculo dele com a Faculdade,
38 com a Universidade, sem dúvida nenhuma por causa disso, e com uma expectativa de trazer um
39 serviço novo, de ponta, com uma qualidade assistencial, que seria o melhor serviço de otorrino,
40 pelo menos em nível nacional. Agora a USP está querendo montar um centro de otorrino, ter

1 um recurso lá para fazer um centro de otorrino grande, mais ou menos no mesmo padrão. A
2 Fascamp recebeu o recurso, construiu o prédio aqui, por uma cessão do terreno, essa construção
3 terminou em setembro de 2022, e hoje é uma unidade do HC. Então, o HC está lá, mas o prédio
4 não está totalmente ocupado, o centro cirúrgico não está ocupado, existem várias salas de
5 procedimentos que não estão sendo utilizadas, a tomografia não está sendo utilizada por uma
6 dificuldade de investimento. O professor Agrício, logo que foi inaugurado, ele conseguiu um
7 recurso via Secretaria de Saúde, que veio através do HC, de R\$12 milhões. O investimento
8 total, além dos R\$12 milhões que ele conseguiu, através de doação e do Ministério Público,
9 foram de mais ou menos R\$50 milhões. O prédio estava vazio, o promotor da área da saúde, o
10 doutor Daniel Zulian, veio ver porque o prédio desde 2022 está com uma parte das suas
11 instalações desocupadas, ele veio ver, faz parte da função dele ver, e ele queria saber por que
12 que estava vazio. Existe uma dificuldade de investimento da Universidade lá, então a área de
13 otorrinolaringologia que estava no HC foi para lá, o que implica para o HC que ele pode ocupar
14 a área do otorrino em qualquer programa estratégico, que pode estar associado com uma
15 unidade coronariana maior, procedimentos diagnósticos etc., pode fazer, através de um recurso,
16 de um acordo com a Secretaria de Saúde, abre espaço para o HC, não tira nada do HC. Existia
17 uma indefinição de como seria a administração, porque o termo de concessão seria até junho
18 agora, e depois voltaria para a Unicamp. Se voltar para a Unicamp, continuariam com as
19 dificuldades de investimento, então o prédio poderia continuar com uma parte fechada. Nessa
20 visita do doutor Daniel, o professor Agrício falou que ia fazer um estudo jurídico, que fez
21 através da doutora Lenir Santos, que é uma das pessoas que mais entende de direito de saúde
22 aqui no Brasil, uma das pessoas que mais defende o SUS, ela participou da constituição do
23 SUS, e ela fez um documento de cogestão entre a Universidade e a Fascamp. A Fascamp foi
24 quem recebeu o recurso, construiu o prédio dentro do prazo etc. então ela seria a gestora. A
25 vantagem de a Fascamp ser a gestora é que ela é uma fundação da área da Saúde criada dentro
26 da Universidade, por vários docentes da Universidade, e ela está buscando o Cebas. O Cebas é
27 um título de filantropia que diminui encargos trabalhistas, o que seria uma coisa muito boa aqui
28 para a área da Saúde. Foi feita uma reunião com o doutor Daniel e ele ficou de ver o estudo; ele
29 pediu que a Fascamp e a Universidade fizessem uma avaliação e um estudo para uma gestão
30 em que a Universidade estaria lá dentro, através dos docentes, dos residentes, dos alunos, e a
31 gestão com recursos próprios seria da Fascamp. A Fascamp seria responsável por trazer
32 recursos, a maioria dos SUS, isso funciona assim no HC em São Paulo, no Incor. O HC da USP
33 é uma autarquia, não é a USP, mas quem manda lá, quem está lá dentro é a Faculdade. Seria o
34 mesmo modelo, sem nenhum problema com relação a isso. Quando nessa reunião o doutor
35 Daniel perguntou se o atendimento será público, responderam que sim, e ele disse exatamente
36 com essas palavras: “se tiver atendimento privado, e se tiver dupla porta, eu caio em cima de
37 vocês”, sendo “vocês” quem estiver administrando o IOU na época. Nesse momento, pediu a
38 palavra na reunião e disse que não entende como correto o médico levar um paciente lá, fazer
39 um procedimento lá, ganhar um recurso, um honorário, porque levou um paciente privado lá.
40 Mas não vê nenhum problema se um paciente de convênio for atendido lá, e esse recurso do

1 convênio ficar na Instituição para financiar a parte pública. Isso é assim no Boldrini, no Hospital
2 de Base de Rio Preto, que tem mais de mil leitos, foi lá conhecer e eles mostraram uma UTI de
3 convênio, que era boa, e depois a UTI do SUS, que tinham acabado de reformar e estava melhor.
4 O que possibilitou essa reforma foram os 20% do investimento privado, que é o convênio que
5 entra lá. O dinheiro do convênio não vai pagar o honorário para ninguém, vai ficar na
6 instituição, é assim que funciona. A FCM fez dois Webnários de financiamento da área da
7 Saúde e todos os hospitais públicos que têm recursos funcionam com recurso através de
8 convênio, cursos de extensão e através de trabalhos clínicos, pesquisa clínica. Essas são as
9 grandes fontes de recursos desses hospitais, do Incor, do Icesp. O doutor Daniel enfatizou que
10 não é para ter dupla porta, ao que responderam que ninguém aqui está querendo fazer dupla
11 porta, querem defender o público, e que tenham um atendimento público de qualidade. Sobre a
12 Unicamp perder o controle lá, acha que sim, porque vai ficar para a Fascamp, pediram até uma
13 concessão de 15 anos, mas existe uma cláusula que permite à Universidade requerer o prédio a
14 qualquer momento e a Fascamp não tem recurso nenhum. Isso, isso dá uma garantia para a
15 Universidade, é favorável a isso. Então, supondo que haja algum desvio, quem vai fiscalizar é
16 a FCM, que está lá, que tem o maior interesse de que lá funcione bem, é o Ministério Público,
17 a sociedade etc. Mas a Universidade pode, a qualquer momento, trazer de volta para si e a
18 Fascamp não tem direito a nada ao prédio, eu não ser a cessão do uso. Então, o IOU deixaria
19 de ser uma extensão do HC, mas não deixa de ser uma extensão da Universidade. O IOU não é
20 a privatização da área da Saúde, de forma nenhuma. Quando o doutor Daniel falou nesse projeto
21 de 40%, ficou até surpreso, porque estava pensando em 20%, dentro de uma proporcionalidade,
22 acha adequado. Então trazem recursos, não vai onerar a Universidade, a Universidade vai estar
23 lá, vai ter um serviço que sempre vai estar vinculado, ligado nominalmente à Universidade,
24 porque ninguém vai chegar lá e colocar uma placa “Ministério Público” “Fascamp”, sempre
25 será a Unicamp. Como é o HC em São Paulo, que ninguém identifica como sendo da Fundação
26 da Faculdade de Medicina, ou como autarquia da Secretaria de Saúde. Há muitas dificuldades
27 na área da Saúde aqui, e esse é um modelo que pode mostrar que a área da Saúde pode funcionar
28 de uma forma diferente, de uma forma adequada e bem administrada. Sem dúvida nenhuma,
29 tem certeza de que os recursos que virão, na grande maioria públicos e de doação, vão ser
30 suficientes para implementar totalmente o IOU. A Doutora FERNANDA LAVRAS
31 COSTALLAT SILVADO diz que, como o professor Coy já citou, estiveram no Ministério
32 Público para discutir qual o modelo jurídico adequado para a questão. O MAGNÍFICO
33 REITOR pergunta se foram chamados pelo Ministério Público ou foi iniciativa da Unicamp. A
34 Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que o MP abriu um
35 procedimento administrativo para a apuração dos fatos. O MAGNÍFICO REITOR deixa claro
36 então que é uma iniciativa do Ministério querer resolver dessa forma. A Doutora FERNANDA
37 LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que o Ministério Público os convocou, então a
38 intenção dele é que o prédio seja totalmente ocupado e que as atividades de assistência sejam
39 feitas. Então, nessa reunião discutiram bastante qual era o modelo, porque hoje o que existe é
40 um termo de parceria, firmado em 2019, para a construção do prédio naquele terreno da

1 Universidade, e que, ao final desse prazo, que vai se findar agora em junho, esse prédio seria
2 incorporado ao patrimônio da Universidade. Como possuem a questão orçamentária do custeio
3 do prédio para funcionamento, então é isso que está sendo discutido, o que acertaram com o
4 Ministério Público é que não fariam a prorrogação do convênio, como havia sido proposto no
5 parecer da doutora Lenir, até porque o prazo de cinco anos tinha se esgotado, mas que fariam
6 um novo ajuste em outras bases, que é o que estão colocando aqui, que seria a concessão de uso
7 do terreno, e que o prédio continuaria na posse da Fascamp. E que não implementariam aquela
8 cláusula do termo de parceria que seria incorporação do prédio para a Unicamp. Então, não é
9 um contrato de cogestão, porque na cogestão as duas entidades estão ali gerindo; nesse caso a
10 gestão vai ser da Fascamp, no termo está bem claro isso, mas vão celebrar um convênio com a
11 FCM para a atuação dos docentes, alunos, residentes, para que os cursos de extensão, toda a
12 atividade de ensino, pesquisa e extensão seja realizada lá em parceria com a Fascamp. O
13 MAGNÍFICO REITOR diz que atualmente está lá a Oftalmologia funcionando, mas também
14 há pessoal administrativo, provavelmente técnicos de enfermagem, enfermeiros, ou seja, há um
15 corpo técnico, além de docente. Não é o caso, por exemplo, do HES em Sumaré, que tem o
16 superintendente e tem os residentes, eventualmente, os docentes, mas a Unicamp não tem
17 enfermeiros técnicos de enfermagem e pessoas administrativas em Sumaré, a não ser o
18 superintendente. Pergunta como vai funcionar isso no IOU. A Doutora FERNANDA LAVRAS
19 COSTALLAT SILVADO responde que hoje o IOU é uma extensão do HC, então ele está
20 funcionando como HC. Feito o termo e depois que eles tiverem recursos de custeio para
21 financiar o funcionamento e começarem a transição, tal como está previsto, o HC deixa de
22 funcionar ali e passa a ser só Fascamp, com recursos que ela vai receber do SUS. Então, essa
23 parte administrativa que seria HC volta para o HC, mas vão ficar autorizados a trabalhar lá os
24 docentes, alunos, residentes através do convênio de cooperação. O MAGNÍFICO REITOR
25 pergunta sobre os técnicos de enfermagem e enfermeiros. A Doutora FERNANDA LAVRAS
26 COSTALLAT SILVADO diz que nesse caso não, esses profissionais voltam para a equipe do
27 HC. Então, respondendo à primeira pergunta, da professora Verónica, e depois da professora
28 Silvia, sobre o controle. O controle vai ocorrer por três partes. A primeira é o controle da
29 Universidade, que está na cláusula 2.1.1, que prevê a rescisão antecipada no caso de
30 descumprimento do acordo. Então, vão estar sempre fiscalizando e acompanhando a cessão de
31 uso. Outro controle vai ser do próprio SUS, quando ele fizer o financiamento das atividades
32 dali, a cláusula que vai ser pactuada, ou o convênio que vai ser pactuado com a Fascamp vai
33 prever esse tipo de controle. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se isso vai sair do SUS. A
34 Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que não, isso vai ser um
35 convênio separado da Fascamp com o Governo do Estado, o Governo Federal ou o Governo
36 Municipal. O MAGNÍFICO REITOR diz que sai da produção do Hospital, vai ter um lugar
37 liberado que pode ser ocupado com outra produção. Sem dúvida, sai da produção do Hospital,
38 mas terá que ter financiamento próprio e quem tem que lidar com isso é a Fascamp, e não a
39 Unicamp. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que o terceiro
40 controle é do próprio Ministério Público, que propôs a celebração de um Termo de Ajustamento

1 de Conduta - TAC, até para ele fazer exigências para a Fascamp. Uma dessas exigências é
2 atendimento SUS, colocado como mínimo de 60%. Então, isso vai estar firmado com o próprio
3 Ministério Público, que vai fiscalizar o cumprimento disso. E para esclarecer essa diferença
4 entre saúde complementar e saúde suplementar, diz que a complementar são as entidades
5 privadas que fazem saúde ligadas ao SUS, as santas casas, entidades que não são da
6 administração direta, mas que fazem SUS. A suplementar é o atendimento privado. Então, ali
7 vai ser realizada complementar, porque é uma entidade privada, mas que vai estar conveniada
8 com SUS e vai fazer SUS, e vai ter a possibilidade de fazer a suplementar, porque a lei permite
9 que as entidades privadas que fazem saúde complementar também atendam no mesmo local
10 saúde suplementar. Então, não está sendo colocado nada ali que esteja fora da lei, até porque
11 isso foi discutido com o Ministério Público, não vai ser proposto nada que seja ilegal, está tudo
12 coberto. O IOU vai ser administrado pela Fascamp, não vai ser mais essa extensão como é hoje
13 do HC no sentido administrativo, mas vai continuar tendo a Unicamp lá dentro, por meio do
14 convênio de cooperação. O MAGNÍFICO REITOR diz que quando assumiu a gestão, em abril
15 de 2021, o prédio estava quase pronto. O Ministério Público pôs o dinheiro na mão da Fascamp,
16 a Unicamp não teve nenhuma interferência. A interferência que a Unicamp teve foi ceder o
17 terreno para a construção do prédio. Em uma das primeiras reuniões que presidiu do Conselho
18 Universitário, houve um questionamento de como iriam financiar aquilo, como colocariam para
19 funcionar. Se não está enganado, o questionamento foi feito pelo senhor José Luis Pio. O prédio
20 foi terminado, ainda era o governo Dória e Rodrigo Garcia, e naquele momento foram
21 colocados R\$12 milhões, com a ideia de que isso financiasse por um ano. Foi colocada uma
22 situação difícil, tiveram que fazer uma transição, porque era preciso colocar a equipe lá e fazer
23 aquilo funcionar. E é mais difícil gastar recurso orçamentário do que dinheiro que fosse direto
24 para a Funcamp tipo SUS; isso aparentemente dá para fazer 20% do IOU funcionar. Então o
25 problema é que conseguiram manter o IOU como uma extensão do HC, mas ele não vai ser
26 totalmente utilizado com o que possuem de recurso. Existem três opções: deixá-lo como um
27 novo espaço para a área de Otorrino, ocupa esse novo espaço nos padrões que tradicionalmente
28 o HC faz, porque são os recursos que possuem. Outra opção é colocar mais dinheiro, que
29 precisam tirar do orçamento da Universidade, e fazer ele funcionar 100%. A terceira opção é
30 esta que estão oferecendo. Se R\$12 milhões cobrem 20%, precisam multiplicar isso por cinco;
31 e se tiverem um déficit tradicionalmente de R\$60 milhões, seria subir para R\$120 milhões. Não
32 conseguiram resolver, não conseguiram ampliar o teto de financiamento do SUS, e quando
33 ampliou para o HC cobrir o déficit, viram a confusão que está dando, porque conseguiram, junto
34 ao Ministério de Saúde, recurso extraorçamentário, só que no Estado de São Paulo ele está se
35 tornando orçamentário. Não possuem controle de todas essas variáveis, porque a aplicação do
36 recurso do SUS exige comissões municipais e comissões estaduais. O recurso não vai
37 necessariamente para quem vai usar, ele vai passar por esses filtros, então herdaram esse
38 problema e essa é a dificuldade com que devem lidar. O Ministério Público aplicou R\$40
39 milhões de uma multa ambiental e está vendo o equipamento ser pouco ocupado, ou seja, o
40 equipamento não está servindo à ideia que o gerou. E foi o Ministério Público quem quis pôr

1 na Fascamp, não foi algo solicitado pela Universidade. Não adianta discutirem aqui, é preciso
2 apresentar propostas, que podem ser continuar com 20%, ou pôr dinheiro do orçamento da
3 Unicamp, mas não dá para administrar só na observação de que existe o problema e não
4 possuem solução, é preciso buscar uma solução. E na sua visão não existem mais do que essas
5 três alternativas, ou alguma combinação intermediária delas. Esse é o modelo do Hospital
6 Bodrini, é o modelo do Sobrapar, o que significa não pôr nenhum funcionário lá, que ele vai
7 ser usado só como estrutura de formação de pessoas. Obviamente vai ter atendimento médico,
8 mas esse atendimento da equipe da Otorrino vai servir a formar residentes e formar alunos de
9 graduação. Então a Universidade não terá custos administrativos, nem de funcionários Paepe
10 associados às carreiras de técnicos de enfermagem e de enfermeiros. Portanto, a não ser no
11 período de transição, a Unicamp não terá um comprometimento do seu orçamento com o
12 funcionamento daquilo. Exceto pelo fato que obviamente os professores que atuarem lá estão
13 recebendo salário da Unicamp, mas é o mesmo que ocorre com os docentes que atuam no
14 Hospital Estadual de Sumaré ou no Hospital Regional de Piracicaba, como são os residentes,
15 como são os alunos de graduação. Se deixarem da forma como está, provavelmente haverá uma
16 ação do Ministério Público, que pediu um TAC porque deseja que aquilo funcione
17 completamente. Então vai ter uma ação dele, é uma possibilidade, e vão enfrentar isso na
18 justiça. Outra alternativa é se disporem a utilizar o orçamento da Universidade. Diz isso porque,
19 por mais que pensem em diversas soluções, elas têm que ser factíveis, então precisam raciocinar
20 com as possibilidades de escolher, sabendo que todas elas têm custo. O custo desta é que
21 eventualmente vai ter 40% no teto de atendimento a não SUS, e podem administrar isso talvez
22 dirigindo esse dinheiro para melhorar o atendimento SUS. Esse modelo existe no Incor e no
23 Hospital das Clínicas da USP. Não sabe se vão controlar isso, mas é por isso que há as cláusulas
24 que os permitem recuar caso isso não funcione adequadamente, que esse dinheiro não seja
25 usado para melhorar o atendimento SUS, por exemplo, porque a ideia é que ele seja
26 internalizado no sistema. A outra preocupação é se vão manter o acesso a essa estrutura. Então
27 são duas coisas importantes: uma é, de alguma forma, a legitimação do Ministério Público para
28 esse acordo, o que garantiria o acesso da Fascamp, que pode ter a Certificação de Entidades
29 Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação - Cebas, que é uma coisa importante
30 também, porque reduz em 20% o custo da administração hospitalar, já que quem tem esse
31 certificado de assistência não paga o INSS patronal. A outra coisa é que existe uma nova lei de
32 fundação, que vai dar alguma espécie de direito maior às fundações de saúde, e isso talvez
33 contemple a Funcamp também. Há acesso aos equipamentos hospitalares que envolvam
34 formação de residentes e de alunos de graduação e que façam pesquisa. Então foi aprovado, um
35 mês atrás, na Assembleia Legislativa, uma certa vantagem em relação às organizações sociais.
36 Porque é um risco que correriam também, como deixa de estar na estrutura da Unicamp,
37 eventualmente uma organização social poderia ganhar a administração disso. A nova lei dá às
38 fundações da Unicamp, assim como à fundação de saúde da USP, um privilégio para ter acesso
39 a esses equipamentos. É uma coisa importante, porque todos os convênios na área de Saúde da
40 Unicamp estavam *sub judice*, sob discussão se teriam, por exemplo, renovação do HRP,

1 renovação do HES. Com a mudança da lei, aparentemente ela vai permitir isso. O Conselheiro
2 FERNANDO SARTI diz que gostaria de ouvir um pouco também da doutora Fernanda e do
3 professor Coy, que estiveram na reunião com o Ministério Público, qual é a visão do MP sobre
4 a seguinte questão: um termo de parceria foi assinado pela Unicamp, pelo professor Marcelo
5 Knobel, em 3 de junho de 2019, cujos cinco anos vencem agora em 3 de junho de 2024, e nele
6 está muito claro que após o término da construção, aquisição de equipamentos e materiais e sua
7 devida instalação, a Fascamp deverá doar à Unicamp as edificações construídas e todos os bens
8 e equipamentos adquiridos, mediante a aprovação do Conselho Universitário. Pergunta se o
9 Ministério Público continua dando aval a esse acordo. No termo de concessão de uso, até na
10 linha do que o professor Antonio José estava colocando, para aumentar o controle da Unicamp,
11 deveriam fazer a concessão não apenas do terreno, mas do terreno e do prédio, admitindo que
12 o prédio também é da Unicamp. Pergunta até que ponto esse é o entendimento do Ministério
13 Público, até que ponto, se a posse do prédio não for da Unicamp, isso atrapalharia o TAC e
14 eventualmente a operação da Fascamp. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
15 SILVADO responde que isso foi bastante discutido na reunião, e o entendimento do doutor
16 Daniel, do Ministério Público, é que não podem já cumprir todo esse termo de parceria anterior
17 com a incorporação do patrimônio à Universidade, porque senão, em tese, teriam que licitar
18 para fazer a concessão de uso desse prédio. Então, para que possam fazer essa parceria, nessa
19 situação muito peculiar, estão suspendendo essa cláusula do termo de parceria anterior, que é
20 essa última obrigação da Fascamp, que seria, ao término da construção, proceder à doação para
21 a Unicamp, então não estão dando cumprimento a essa cláusula para fazer esse termo de
22 concessão de uso, fundamentado em todos esses argumentos que colocaram nos considerandos,
23 discutidos com o Ministério Público, para que a Fascamp possa fazer a administração das
24 atividades no prédio. No entender do MP, esse prédio seria, inclusive, da Fascamp, porque foi
25 ela quem recebeu esses recursos; o que tentaram fazer nos considerandos é contar esse histórico,
26 que não é simplesmente que foram dados os recursos para a Fascamp, foi um projeto
27 apresentado para o Ministério Público do Trabalho, em conjunto, Fascamp e Unicamp, para a
28 construção do instituto, que, na verdade, não é nem um órgão da Unicamp, nem uma entidade
29 jurídica, é um projeto. Então, fizeram toda essa narrativa no termo de concessão para explicar
30 a situação bem peculiar desse caso; portanto, o termo não está dando a concessão de uso do
31 prédio também, porque estão entendendo que ele ainda está na posse da Fascamp. A
32 Conselheira ANDRÉIA GALVÃO agradece às pessoas que levantaram as questões todas que
33 foram colocadas em discussão, e também ao professor Coy, à doutora Fernanda e ao senhor
34 Reitor pelos esclarecimentos que foram feitos. Essa é uma questão bastante delicada, que
35 envolve a relação entre a Universidade e a área da Saúde, e especialmente uma fundação que é
36 oriunda da Universidade. Entende que a proposta que está sendo apresentada faz com que todo
37 o corpo de funcionários venha a ser contratado pela Fundação. Não vai nem entrar na discussão
38 sobre relações de trabalho aqui, porque acha que poderiam também considerar o tipo de contrato
39 feito pelas fundações, mas gostaria de tentar entender melhor uma coisa que o professor Coy
40 colocou e que a deixou em dúvida. Estão dizendo que esse termo de concessão foi negociado

1 juntamente com o Ministério Público, e que o promotor, o doutor Daniel, disse que não
2 admitiria dupla entrada. Mas pergunta se o item 2.1.2 do termo de concessão, ao admitir 40%
3 de entrada via convênio, não configura uma dupla entrada. Não sabe se entendeu corretamente
4 quando o professor Coy falou 20%, e o convênio que poderia ser usado para financiar o
5 atendimento via SUS. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY responde que
6 dupla porta é ter uma separação nítida entre o que é público e o que é privado. Então, o paciente
7 fica em uma recepção diferente, ele vai ser atendido em uma área diferente, vai fazer um exame
8 com um aparelho diferente, algo que não vai ocorrer no IOU, será uma fila única para tudo. Se
9 o paciente tem Unimed, por exemplo, o convênio vai pagar o atendimento dele, mas todos serão
10 atendidos da mesma forma, não muda absolutamente nada. O Boldrini funciona assim. O
11 conselheiro Matheus perguntou se não poderia ser reduzido o percentual de 40% para 20%, e
12 responde que pode, mas não vai ser fácil atingir nem os 40% do privado lá, porque não existe
13 toda essa demanda; o paciente com convênio procura o atendimento privado, o que chegará
14 aqui será aquele paciente encaminhado por uma especificidade de atendimento que só fazem
15 aqui. Muitas vezes é isso. Para terem ideia, estava conversando com a doutora Vitória,
16 coordenadora do Centro Integrado de Pesquisas Oncohematológicas na Infância - Cipoí, que
17 faz os exames de triagem neonatal, realiza 80 mil exames ao ano, e muitos exames de pacientes
18 daqui são feitos pela Apae, porque a Apae recebe dos convênios o valor do exame. A doutora
19 Vitória relatou que muitos pacientes acabam voltando para cá, porque são pacientes que têm
20 doenças às vezes muito específicas, muito complexas, o sistema suplementar não atende esse
21 paciente, e ela perguntou por que o Cipoí não pode atender pelo convênio e receber dele. Sua
22 resposta foi que a estrutura hoje não permite fazer isso. Então, na verdade, o público financia a
23 saúde suplementar. Quando o paciente tem um convênio e vem aqui fazer qualquer coisa, o
24 SUS está financiando o convênio, não é o contrário. O convênio fica feliz quando operam uma
25 pessoa acidentada aqui no HC, porque não custou nada para ele, já que o paciente veio para o
26 hospital público. Então, quem está financiando o convênio é o sistema público, é isso que
27 precisam entender. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que isso é uma
28 questão antiga, das pessoas que têm convênio bater na porta do SUS, já que o sistema é único,
29 é universal, é para todos, e o SUS não conseguir cobrar dos convênios o valor que foi usado
30 para bancar a saúde do conveniado. A questão que o preocupa é que não foram duas horas de
31 debate que estão tendo aqui que os trouxeram até esse momento. Imagina o esforço da
32 Administração, da Procuradoria Geral, do Ministério Público, de todos que estão participando
33 há muito tempo, de vários debates, para chegarem ao ponto que chegaram agora. É difícil
34 imaginar qualquer tipo de diferenciação no atendimento entre uma pessoa que vem através do
35 convênio e uma pessoa que vem através do SUS, acha que esse é o ponto central dessa história.
36 Porque, a princípio, todos são atendidos pelo SUS, e sendo assim, o conveniado entra pelo SUS,
37 apresenta a carteirinha do convênio, e o gestor do SUS nesse local vai cobrar do convênio. Já
38 viu esse tipo de problema antes, e o que recebem é uma negativa de pagamento constante e
39 insistente dos convênios. As santas casas recebem pacientes conveniados para os atendimentos
40 mais diversos, especialmente quando o SUS funciona bem as pessoas vão, e elas não conseguem

1 receber. Não está claro como diferenciam um paciente do SUS que tem convênio de um
2 paciente do SUS que não tem convênio, como ele chegou lá, se passou pela Unidade Básica de
3 Saúde, se foi encaminhado pelo serviço público. Pergunta como diferenciam isso, porque se
4 fosse só diferenciar como o SUS é ressarcido da despesa, não precisavam falar de um paciente
5 SUS e um paciente não SUS, bastava falar do mecanismo de ressarcimento. O que conhece
6 disso é que é uma briga eterna. A Universidade é pública, gratuita, os serviços são públicos,
7 gratuitos, e incomoda esta Casa pensar que alguma coisa vai diferenciar quem bate na porta,
8 seja porque teve mais facilidade de chegar no serviço, seja porque a fila é diferente, seja por
9 qualquer razão que for. No entanto, se estiverem falando de serviços prestados, o convênio vai
10 ressarcir a Universidade, independentemente de como o paciente chegou lá, e com isso estarão
11 lidando com um assunto antigo que talvez tenha uma solução. A Conselheira MARIA LUIZA
12 MORETTI diz que vai tentar explicar um pouco de como funciona o sistema de saúde público
13 e o sistema de saúde privado. O Hospital de Clínicas não é uma autarquia, é um hospital que
14 pertence a uma unidade autônoma, a Universidade, e faz parte do Sistema Único de Saúde.
15 Existe a atenção primária, que são os postos de saúde, uma atenção secundária, por exemplo o
16 Hospital Estadual de Sumaré, de menor complexidade, e um hospital como o HC, de alta
17 complexidade, que é terciário. Para o paciente chegar ao hospital terciário, ele precisa ter
18 passado pelo posto de saúde, ou pelo hospital, e ser referenciado. Isso é como hoje está
19 estruturado, mas nem sempre foi assim. Hoje existe a Central de Regulação de Ofertas e
20 Serviços de Saúde - Cross, que é o sistema de referenciamento, e nela os pacientes enfrentam
21 filas enormes para fazer cirurgia. A outra maneira é ter um convênio, mas quem não tem
22 condições precisa ser referenciado para um hospital terciário, como o HC, que atende a uma
23 região de sete milhões de pessoas, portanto há filas imensas para os procedimentos. A outra
24 forma é eventualmente solicitar uma ajuda, um favor de um colega, dá sempre certo. Do
25 contrário, vai ficar na fila, não tem outro jeito. Fora da Unicamp, os hospitais de alta
26 complexidade são gerenciados por uma Fundação, que vai determinar como vai funcionar esse
27 hospital. Então, vai ter uma parte que vai ser do SUS também, que vai entrar lá SUS, e uma
28 parte que vai entrar pelo sistema particular. No caso do Otorrino, isso não vai ter problema, mas
29 supondo que ele precise de um *stent* no coração, é uma emergência, ele passa na frente, caso
30 contrário, o paciente vai ficar esperando a sua vez de operar. Agora, a organização é diferente,
31 é mais rápido para atender porque tem um outro mecanismo de controle de trabalho, a Fundação
32 não é como a Universidade, sem fins lucrativos, ela tem que ter, então ela gira diferentemente,
33 ela cobra o procedimento diferentemente. Mesmo no sistema privado há fila, porque o indivíduo
34 que opera é um ser humano, que tem uma limitação de número de cirurgias que ele consegue
35 fazer por dia. Várias vezes visitou o Boldrini e convida todos a visitar o exemplo que é aquele
36 hospital. A qualidade do atendimento é admirável, é um hospital com 40 anos de existência, e
37 sua diretora os procurou procurando se afiliar à Unicamp. Ela não quer dar o hospital para a
38 Unicamp, mas quer que a Unicamp esteja presente lá também, porque ela não quer deixar toda
39 essa obra na sociedade solta, ela quer que tenha alguém como esse modelo que estão propondo.
40 Escolheu trabalhar no SUS, assim como todos os médicos do HC, mas vai haver pacientes que

1 na hora de serem atendidos, vão apresentar uma carteirinha de convênio, que paga muito pouco
2 para os hospitais. O SUS também cobra; todo gasto feito no HC tem uma conta hospitalar do
3 SUS, e essa conta é encaminhada para a casa do paciente. Ele sabe quanto foi gasto com ele e
4 recebe uma pesquisa de opinião, perguntando se ele foi bem atendido no HC. O compromisso
5 da Universidade é de formar pessoas, é de cuidar de gente, esta escola é pública, ela vem da
6 Santa Casa, de uma época em que ainda não existia SUS. O Conselheiro CÉSAR JOSÉ
7 BONJUANI PAGAN diz que em uma negociação da qual participou há muito tempo, estavam
8 tentando fazer com que a Unimed pagasse as despesas dos pacientes Unimed na Santa Casa,
9 em uma cidade aqui perto. Em um determinado momento da negociação, eles disseram que
10 queriam uma entrada diferenciada, porque alguma contrapartida eles queriam. É uma entidade
11 particular, uma cooperativa. Nos documentos da proposta que está em pauta aqui, não viu nada
12 que dissesse que não haverá algo assim, que terão autonomia para negar isso. O MAGNÍFICO
13 REITOR diz que a Unicamp está passando a gestão e a posse para a Fascamp, e é ela que terá
14 que fazer isso. O Conselheiro CÉSAR JOSÉ BONJUANI PAGAN pergunta o que garante que
15 ela vai fazer. O MAGNÍFICO REITOR responde que o que garante é um contrato, que pode
16 ser rompido unilateralmente, e que, supostamente, vai ter o Ministério Público controlando.
17 Como todo contrato, ele pode não ser cumprido, e então terão que decidir o que fazer. Pergunta
18 ao professor Coy se a pessoa para entrar no IOU com um convênio médico precisa passar pela
19 Cross, ao que ele responde que sim. Mas pergunta no caso, por exemplo, de uma operação de
20 vista, se o paciente precisa ir no posto de saúde, ser atendido pelo médico, ou ele pode chegar
21 diretamente aqui no IOU, mostrar carteirinha e entrar. Porque isso não significa ter duas portas,
22 significa ter a entrada em uma fila, pelo posto de saúde, e a outra pode entrar aqui diretamente.
23 Mas chegou o paciente Cross e chegou o paciente com convênio, eles vão entrar em uma fila
24 sequencial. A dupla porta significa ter duas entradas completamente diferentes na estrutura
25 hospitalar. Observa que a análise aqui tem que ter um elemento de objetividade; precisam
26 analisar as possibilidades que possuem. Não há problema em assumir outra solução, mas tem
27 que ser uma outra solução que organize uma dessas três possibilidades. O dinheiro não foi dado
28 para a Unicamp, o Ministério Público deu para a Fascamp, para fazer esse hospital, a Unicamp
29 concedeu o terreno, construiu-se, agora estão com essa dificuldade. O que podem fazer é
30 colocar isso no orçamento da Universidade, ou resolver de alguma forma desse jeito, não existe
31 outra saída. A intermediária é ou pôr mais dinheiro para funcionar plenamente, ou deixa ele
32 funcionando 20%. O convênio garante algum espaço de voltarem atrás, pois ele pode ser
33 unilateralmente rompido; supostamente o Ministério Público tem interesse em que ele seja pelo
34 menos 60% SUS, e os recursos que entrarem serão administrados pela Fascamp, é ela quem vai
35 colocar água, luz, tratamento de esgoto, equipe administrativa, técnico de enfermagem,
36 enfermeiro. Ela tem um prazo de dois anos para realizar isso e mais oito anos de gestão,
37 conforme a cessão, se não houver nenhum rompimento anteriormente. Ela vai ter a posse do
38 equipamento, portanto, não só fazer a intermediação, porque em todos os outros hospitais as
39 fundações só fazem intermediação: a Fascamp faz a intermediação do HRP, a Funcamp faz a
40 intermediação do HES. Nesse caso, ela não tem direito aos Cebas, ela precisa prestar, como

1 entidade, serviço assistencial para poder almejar esse certificado de beneficência. Sabe que isso
2 causa mal-estar, mas precisa solicitar dos conselheiros que do mal-estar saia uma proposta
3 concreta, não tem muito jeito. A proposta pode ser colocada no orçamento da Unicamp, ou que
4 fiquem com 20%, não tem problema, mas que deem o passo, façam uma proposta e ela será
5 colocada em votação. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL diz que a
6 cláusula 14 coloca que “A Fascamp possui dentre seus objetivos estatutários prestar assistência
7 à saúde diretamente e executar, de forma complementar, ações gratuitas de assistência
8 relacionada à área da Saúde da Unicamp e atribuir em seu estatuto social a indicação dos
9 membros do seu conselho curador à Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp”. Se existe
10 um conselho curador indicado pela Faculdade, entende que ele é uma extensão da Unicamp,
11 que tem uma participação e que teria sim uma possibilidade de controle. Não tem nenhuma
12 solução mágica aqui para apresentar, mas o que a incomoda é uma gestão completamente
13 autônoma, porque até aqui as falas indicaram que a Fascamp vai gerir autonomamente. No
14 entanto, essa cláusula diz outra coisa, portanto acha que precisam garantir que haja uma forma
15 de controle. Gostaria de entender essa cláusula, se ela não permite uma gestão compartilhada,
16 uma fiscalização. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que, a não ser que retirem
17 de pauta, vai votar contra o projeto. Acha que não é possível o senhor Reitor vir com essa fala
18 de que apresentem um projeto, quando não foram chamados a opinar sobre o projeto. Estão
19 sendo chamados aqui na CAD a aprovar ou a rejeitar o projeto. É claro que houve negociações
20 envolvendo a Procuradoria Geral, a Administração, a Fascamp, o Ministério Público, já não é
21 a primeira vez, inclusive, que lidam aqui com o Ministério Público, em que estão com a faca
22 no pescoço para tomar uma decisão. Então, vai votar contra, a não ser que retirem de pauta e
23 realmente façam um debate se vão ser 40%, qual é o custo disso, isso não está colocado aqui
24 em nenhum lugar, sabem que isso é uma coisa delicada e tem outras instituições em que
25 acontecem problemas com isso, portanto não quer chancelar uma coisa dessa. Discorda desse
26 tipo de política, acha que não devem tomar esse caminho para resolver as questões que estão
27 no campo da Universidade, especialmente da área da Saúde. O MAGNÍFICO REITOR diz que
28 considera completamente legítima a posição do professor Wagner, não possui nenhuma objeção
29 ao fato de ele votar contra. Somente colocou sua opinião aqui, mas sem nenhum objetivo de
30 constranger ninguém a ser forçado a votar naquilo que considera correto. Pessoas têm completo
31 direito não só a verbalizar como votar contra o projeto, faz parte do jogo. Pergunta à doutora
32 Fernanda se ela tem alguma observação sobre a colocação da professora Silvia relativa à
33 Fascamp. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que é importante
34 esclarecer, sobre a questão do atendimento privado que está proposto aqui, que ele só é possível
35 porque toda a atividade será da Fascamp, não é a Unicamp. Se fosse Unicamp, não poderia
36 haver, já que ela é 100% SUS. Então, como vai ser uma entidade privada que, como bem o
37 professor Antonio José colocou, vai executar a saúde, ela não vai ser interveniente, ela, por
38 conta própria, vai executar a saúde com recursos que ela vai captar do SUS, vai viabilizar que
39 tenha o Cebas e vai permitir dentro da legislação. Há na lei do Cebas que permite atendimento,
40 no mínimo, 60%, e o IntegraSUS fala em 70%. Então, não colocaram um número sem

1 fundamento, ele é baseado na legislação que permite que entidades filantrópicas, entidades
2 privadas que conveniem com o SUS, atendam uma parte privada. Com relação ao conselho, a
3 Fascamp é uma fundação privada, autônoma, sem nenhuma ligação com a Universidade, salvo
4 essa questão da comunidade científica participar da própria gestão da fundação. A lei que o
5 professor Antonio José citou, que foi aprovada agora em 4 de abril, a lei 7.893, classifica como
6 fundações civis de saúde aquelas que foram instituídas pela comunidade científica das
7 universidades. É o que aconteceu com a Fascamp, que se aplica totalmente à legislação aqui
8 prevista, assim como a Funcamp. Então, foi a comunidade científica da FCM que instituiu a
9 Fascamp e que participa do seu conselho. O controle, nesse sentido, vai ser via conselho
10 curador, vai ser via convênio de cooperação, e o Ministério Público vai fiscalizar intensamente
11 o cumprimento dessas restrições. Então, haverá várias fiscalizações, do convênio SUS, da
12 Unicamp, do Ministério Público e do conselho curador, pela comunidade científica da própria
13 Universidade, que faz parte da gestão. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA
14 SILVA diz que fará uma pergunta talvez pensando em uma possibilidade de encaminhamento.
15 O professor Antonio José mencionou duas coisas muito importantes, uma é a questão do TAC,
16 e pergunta se ele já está vigente ou se há ainda tempo para deliberar sobre isso. E a outra
17 possibilidade que o senhor Reitor mencionou foi a Unicamp assumir o custo, e particularmente
18 não lhe agrada muito aumentar o orçamento, inclusive em uma reunião anterior mencionou que
19 deveriam discutir o processo de autarquia da área de Saúde, não ter mais custo com ela. Ainda
20 que não seja a melhor opção, há pelo menos a possibilidade de discutir isso. Então, sua ideia é
21 a seguinte: como o professor Wagner sugeriu, poderiam retirar de pauta para que possam ter,
22 pelo menos, uma ideia de custo, se a Universidade vier a bancar isso, ou se seria um orçamento
23 muito grande e a Unicamp não teria como bancar isso, e o assunto voltaria na próxima CAD. O
24 MAGNÍFICO REITOR observa que o item está para emissão de parecer, aqui é uma etapa
25 intermediária, e depois vai para o Consu, que é quem decide, portanto ainda haverá
26 possibilidade de discussão. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz
27 que o TAC está sendo discutido, inclusive receberam *e-mail* hoje da Fascamp com sugestões,
28 porque está sendo discutido entre o promotor, a Procuradoria Geral e a Fascamp. Mas ele não
29 fala nada diferente do que está no termo de concessão de uso, ele repete só que põe prazos e faz
30 exigências para o funcionamento do prédio. Falou com o promotor que poderiam esperar o
31 parecer da CAD, no final do mês tem o Conselho Universitário, ao qual o assunto será
32 submetido, e depois veriam uma data para celebrar, porque ele não traz nenhuma obrigação
33 nova para a Universidade do que já está aqui. A CAD pode se manifestar contrária, pode emitir
34 um parecer contrário, e esse assunto vai submetido ao Consu, pois é ele que realmente delibera.
35 A pressa que possuem é porque o termo de parceria vai vencer no dia 3 de junho, então a
36 necessidade é que, ao final do termo de parceria, já tenham um instrumento substituto para
37 tratar dessa questão. Se não fizerem nada, vai vencer em 3 de junho e terão que pensar em outras
38 providências. Estão aqui repactuando, em novas bases, esse ajuste com a Fascamp; estão
39 prevendo no termo não só a rescisão antecipada por descumprimento de cláusula, mas também
40 por um interesse público, e se daqui a alguns anos a Universidade entender que o interesse

1 público não está atendido, se ela entender que é melhor rescindir, isso pode ser feito. A
2 concessão de uso, inclusive, foi o instrumento que a PG entendeu mais adequado juridicamente
3 porque ele é mais precário. É claro que a intenção é que a coisa funcione bem e dê certo, mas
4 ele tem esse viés mais precário que permite que a Administração, se entender cabível, possa
5 requisitar de volta o imóvel. O MAGNÍFICO REITOR, respondendo ao professor Petrilson, diz
6 que, em relação a orçamento, não vai fugir muito de R\$60 milhões. Fez a conta em cima de
7 R\$12 milhões, pois dizem que o IOU está funcionando 20%, então multiplicou por cinco. O
8 Ministério Público pôs R\$50 milhões, e é mais ou menos isso, se conversarem com as pessoas
9 que gerenciam o hospital, é ou menos o custo da construção e ocupação do equipamento o que
10 se gasta no ano. Esse foi o pacote que puseram para o governo do estado em relação ao hospital
11 regional; se gastam R\$200 milhões para construir, precisam de R\$200 milhões todo ano. O
12 governo do estado quer construir hospital, eventualmente, mas não quer dar R\$200 milhões
13 todo ano, porque esse é o problema. Então, no caso do IOU, teriam que trabalhar com essa
14 hipótese ou funcionar parcialmente, porque possuem um espaço amplo, mas que não estão
15 colocando todo em funcionamento. Lembra que a Fascamp é que teria responsabilidade de
16 arrumar o dinheiro do SUS, não é a Unicamp; ao fazer a cessão, quem tem que ir atrás do SUS
17 e convencê-lo a financiar esse local é a Fascamp, não a Unicamp. Assina todo convênio do SUS
18 que entra aqui, mas esse não vai assinar, porque ele é diferente dos outros, porque, de fato, estão
19 transferindo a gestão e a operação do hospital para outra instituição que tem uma relação com
20 a Unicamp através dos membros da FCM. O que estariam preservando é aquilo que ocorre nas
21 outras estruturas não próprias das universidades, que é o acesso dos docentes, dos residentes e
22 dos alunos de graduação, para o treinamento da formação das pessoas. A Universidade não vai
23 colocar nenhum Esunicamp e nenhum CLT com recursos do SUS da Unicamp, exceto pelo
24 período de transição, que vai estar previsto tanto no termo de cessão como no TAC. Entende a
25 dificuldade, mas tomaram posse e esse quadro estava criado, foi uma situação que não geriram;
26 tiveram um fôlego com esses R\$12 milhões e houve várias possibilidades de sugerir, mas todas
27 elas eram impossíveis, porque as pessoas queriam fazer esse tipo de atendimento, mas sendo da
28 Unicamp, o que não pode. Queriam que pusessem mais dinheiro, mas possuem dificuldade,
29 então a solução que acharam, diante da pressão para ocupar o equipamento completamente, foi
30 essa. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que os 40% de atendimento
31 privado foram estabelecidos pelo Ministério Público, mas se passarem para 60% do público, é
32 muito mais do que o IOU faz hoje, ele nunca vai deixar de ser público. O próprio promotor
33 falou, a doutora Fernanda estava presente, “eu caio em cima de vocês se tiver porta dupla”, não
34 vai ter. Ninguém tem esse espírito aqui. Tem uma clínica privada, trabalha fora, mas é um
35 defensor do SUS; não vai acontecer isso aqui dentro, não precisam trazer paciente privado para
36 ganhar dinheiro aqui dentro. O doutor Agrício não precisa, ele tem uma clínica fora, então
37 ninguém vai fazer isso aqui dentro. Os conselheiros estão com receio, não sabe o porquê, mas
38 vai ter fiscalização do Ministério Público, fiscalização da sociedade, fiscalização da
39 Universidade, e se não funcionar, é ato precário, pega de volta no dia seguinte. Não tem
40 problema nenhum com relação a isso, mas estão querendo inibir um modelo que pode servir

1 para o restante da área da Saúde, que sempre teve dificuldade de financiamento. O Conselheiro
2 CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que não está claro para ele qual a vantagem de um
3 convênio investir dinheiro na Universidade sem ter um benefício. O Conselheiro CLAUDIO
4 SADDY RODRIGUES COY diz só se for de interesse deles, se for demanda deles; não seria
5 fácil, por exemplo, fazer um convênio com a Unimed ou com o Bradesco para trazer pacientes
6 para cá. Se não for interesse, eles não vão fazer, é só se tiver demanda para eles trazerem
7 pacientes para cá. A grande dificuldade é que a Fascamp vai assumir um compromisso de buscar
8 financiamento, principalmente SUS, e o financiamento com um convênio SUS não sai de um
9 dia para o outro. Da mesma forma não é fácil fechar com os convênios privados. A Conselheira
10 MARIA LUIZA MORETTI diz que há muitos otorrinos filiados à Unimed que atendem lá fora,
11 com clínica em outros locais. O paciente particular não procura, em geral, o hospital, ele procura
12 o médico que tem clínica na cidade, então ele faz o nome dele na cidade e atende onde ele tem
13 melhores condições. Há um corpo clínico fechado aqui dentro, não é aberto à cidade. São os
14 mesmos médicos que atendem no Departamento de Otorrinolaringologia e Oftalmologia que
15 vão atender aqui, que contando os docentes, devem ser em torno de 20. Pergunta que capacidade
16 teriam para atender à comunidade com 20 médicos, sendo que apenas uns 10 deles devem ser
17 conveniados ao Bradesco, à Sul América, à Unimed. O paciente vai escolher alguém da cidade,
18 onde também há hospitais novos, a não ser que aqui façam alguma coisa que não é feita em
19 nenhum outro lugar, aí ele vem. Do contrário, ele vai procurar o médico da cidade. É assim que
20 funciona, então não há por que ter esse medo, porque isso não vai acontecer. O Conselheiro
21 CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que o HC em São Paulo tem leito para convênio
22 e eles têm dificuldade de preencher, porque não é atrativo. Há hospitais bons aqui na cidade, há
23 um hospital novinho, e o usuário vai querer ir para lá. A Conselheira MÔNICA ALONSO
24 COTTA diz que certamente não tem nada contra esse tipo de gerenciamento, acha que é salutar
25 tentar outros modelos, pois conhecem as agruras do sistema público. O que preocupa um pouco
26 é, primeiro, essa discussão ficou provavelmente focada em um grupo da FCM, da Fascamp, do
27 MP, da PG, e a comunidade não tomou conhecimento, ao menos ela não teve notícia disso. Sem
28 entrar na questão da Unicamp, uma preocupação que possui é que tem uma colega que
29 participava de um hospital desse tipo e a fundação que o geria não conseguiu cumprir o contrato.
30 Todos os funcionários ficaram sem direitos, sem pagamento. Então, dado que isso vem do
31 Ministério Público, a preocupa, com essa decisão unilateral, que não pensem no impacto social
32 que esse tipo de ferramenta pode causar. Protege a Universidade, com certeza, mas se o hospital
33 para de funcionar, não se sabe em quanto tempo vai conseguir retomar as atividades. É só uma
34 consequência desse tipo de decisão que acha que não está contemplada no documento, ou pelo
35 menos não encontrou. Essa é uma preocupação sua, porque justamente a Universidade deve à
36 sociedade uma transparência e uma gestão eficiente. O MAGNÍFICO REITOR diz que não
37 sabe se teria uma resposta para isso. O fato é que não é a etapa final, isso vai para o Consu,
38 então há possibilidade de sugerir emendas. Se vai ser possível negociar com o Ministério
39 Público, já é outra coisa. Está achando que o melhor é pôr em votação, o assunto vai para o
40 Consu, mesmo com parecer negativo, e eventualmente lá as pessoas podem também fazer

1 observações. O Professor IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que como já foi
2 superintendente do HC, gostaria de colocar um ponto de vista. A argumentação aqui está se
3 centrando muito na parte de convênio, mas é muito importante pensar nos 60% de pacientes
4 SUS que vão atender nesse novo formato, e que, se não for nesse formato, pelo menos do jeito
5 que estão vindo de parte do governo estadual e mesmo federal, não vão ter financiamento para
6 atender esses pacientes. Discorda um pouco da professora Maria Luiza quando ela fala que o
7 paciente procura o médico, pois acha que esses pacientes, tanto SUS quanto convênio, vão vir
8 pelo nome da Unicamp também. O nome da Unicamp é importante, e se esse nome servir para
9 financiar os 60% de pacientes SUS, devem tentar esse novo método. O fundamental já foi falado
10 aqui, não vai ter dupla fila, dupla porta, as pessoas vão ter os mesmos direitos, e acha que esse
11 é o papel desta Câmara e do Consu, montar esse tipo de fiscalização para isso não acontecer. O
12 que não podem fazer é, em nome dos 40% de convênio, negar os 60% de SUS que também
13 acha, assim como o professor Coy, que vão ser 70% ou 80% no mínimo. Portanto, seu apelo
14 como ex-administrador da Saúde, e que, inclusive, teve muito problema de financiamento na
15 época em que estava no HC, é que tentem esse novo método de financiamento, sempre sob
16 fiscalização intensa. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que estão tentando
17 construir uma proposta em uma situação tensa, já faz duas horas que estão debatendo, então
18 talvez pudessem aprovar com recomendações. Recomendação de que, primeiro, todos os
19 pacientes SUS que precisarem de atendimento serão atendidos, sem nenhuma possibilidade de
20 que um paciente particular diminua uma vaga do SUS. Da forma como está colocado, todos
21 que entram são SUS, a única diferença é quem paga. Na verdade, a melhor recomendação que
22 poderiam fazer é que fosse 100% das vagas para o SUS, e depois discutem qual é a forma de
23 ressarcimento com os convênios médicos. O MAGNÍFICO REITOR diz que não sabe o que
24 dizer, porque está mudando o convênio completamente. O Conselheiro WAGNER DE MELO
25 ROMÃO solicita a retirada de pauta. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY
26 observa que o convênio vai financiar o público, pois o SUS é deficitário. Se querem viabilizar
27 alguma coisa, é dessa forma que se faz hoje, não estão inventando nada, esse modelo já existe. O
28 Conselheiro CÉLIO HIRATUKA diz que estão muito em torno do número de 60%, mas
29 gostaria de saber em números absolutos o que isso representa de expansão de atendimento na
30 área do IOU. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que o atendimento
31 anual com o funcionamento pleno é de 122 mil consultas médicas, 18 mil audiometrias, 6.100
32 ultrassonografias; vai aumentar o número de consultas médicas em quase sete vezes, consulta
33 multiprofissional 10 vezes, cirurgia 7,5 vezes, audiometria três vezes, endoscopia de vias áreas
34 quatro vezes, e polissonografia, que não é feita, em 100 vezes. São executadas hoje anualmente
35 17.876 consultas médicas, 8.293 consultas profissionais, cinco mil audiometrias. Vai passar de
36 17 mil consultas para 122 mil consultas, por exemplo. Não havendo mais observações, o
37 MAGNÍFICO REITOR submete à votação a retirada de pauta, que é rejeitada com 12 votos
38 contrários, 05 votos favoráveis e 02 abstenções. Em seguida, submete à votação o termo de
39 concessão de uso, que é aprovado com 13 votos favoráveis, 02 votos contrários e 04 abstenções.
40 Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes

1 assuntos: I - A - Designação de Gratificações de Representação - Deliberação Consu-A-22/17
2 – 01) Proc. nº 01-P-17813/2021, Designação de Gratificações de Representação Docente –
3 conforme Relatório DGRH-25/24 e Despacho DGRH-180/24: Adriano Pinto Mariano - Chefe
4 de Departamento - FEQ/DDPP; Ana Carla Kawazoe Sato - Coordenador do Programa de Pós-
5 Graduação - FEA/CPGFEA; Ana Elisa Silva de Abreu - Chefe de Departamento - IG/DGRN;
6 Andre Kaysel Velasco e Cruz - Coordenador Associado Curso de Graduação - IFCH/CGRA;
7 Andre Rinaldo Senna Garraffoni - Chefe de Departamento - IB/DBANI; Artionka Manuela
8 Goes Capiberibe – Coordenador Curso de Graduação - IFCH/CGRA; Eduardo Garibaldi –
9 Coordenador Programa de Pós- Graduação - IMECC/CPG; Helio Fiori de Castro - Chefe de
10 Departamento - FEM/DSI; Lilian Cristine Ribeiro Nascimento - Coordenador Associado Curso
11 de Graduação - FE/COORDG; Liliana de Oliveira Rocha - Coordenador de Pós-Graduação -
12 EA/CPGFEA; Lucia Elvira Alvares – Coordenador Programa de Pós-Graduação - IB/CPG;
13 Luciana Correia Alves - Chefe de Departamento - IFCH/DD; Mario Luiz Ferrari Nunes - Chefe
14 de Departamento - FEF/DEFH; Noe Cheung - Chefe de Departamento - FEM/DEMM; Pierre
15 Louis de Assis - Coordenador Associado Curso de Graduação - IFGW/CG; Rodrigo Moreira
16 Bacurau - Chefe de Departamento - FEM/DMC; Sandra Fernandes Leite - Coordenador de
17 Curso de Graduação - FE/COORDG; Sergio Bertelli Pflanzler Junior – Coordenador Programa
18 de Pós-Graduação - FEA/CPGFEA; Taniele Cristina Rui – Coordenador Programa de Pós-
19 Graduação - IFCH/CPG; Alberto Augusto Eichman Jakob – Coordenador Programa de Pós-
20 Graduação - IFCH/CPG; Islene Garcia Calciolari - Assessor Docente de Gabinete -
21 REIT/GR/DETI/AGE; Breno Bernard Nicolau de França - Assessor Docente de Gabinete -
22 REIT/GR/DETI/AGE; Gabriel Ferreira Zacarias - Diretor Museu Artes Visuais -
23 REIT/PROEC/DIRCUL/MAV; Aline Mara dos Santos - Coordenador Associado Curso de
24 Graduação - IB/CG. Em seguida, passa a palavra aos conselheiros inscritos no Expediente. O
25 Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES diz que na reunião anterior do Consu,
26 levantou os problemas de segurança na região do Cotuca, a falta de estacionamento e a falta de
27 cantina. E hoje está aqui para agradecer à Reitoria e à direção do Cotuca por terem solucionado
28 o estacionamento e a cantina. Agradece muito, em nome dos colegas. Informa que o
29 Departamento de Processamento de Dados do Cotuca está realizando um evento para meninas
30 na área de Informática, que se chama “Elas-TIC”, com inscrições abertas até o dia 19 de maio.
31 O evento vai ser no dia 8 de junho, financiado por edital de extensão da ProEC para os colégios
32 técnicos. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL diz que é gaúcha, então
33 manifesta um voto aqui de solidariedade aos seus conterrâneos e às vítimas das chuvas no Sul.
34 Em seguida, solicita a palavra para a professora Silvia Gatti. A Professora MARIA SILVIA
35 VICCARI GATTI diz que fizeram manifestações em solidariedade ao povo gaúcho e a
36 Adunicamp está funcionando como centro de recebimento de doações. Solicita que nos
37 encaminhamentos feitos nesse sentido seja incluída a ADunicamp. Faz uma chamada especial
38 aqui aos senhores diretores para que peçam aos seus docentes que se encaminhem até a
39 ADunicamp para votar no regimento. É importante para ela, como uma associação da
40 Universidade, melhorar um regimento de 20 anos atrás com vários empecilhos para poderem

1 caminhar à frente. Lembra que nos dias 14 e 15 haverá eleição para a nova diretoria da
2 ADunicamp, o material já está nas redes, e pede a todos que verifiquem quais são os
3 compromissos da próxima chapa com a Universidade. É importante que percebam que há um
4 conjunto de ações que serão demandadas, sabem disso, mas também querem ser propositivos
5 para a relação dos docentes com a Universidade, por característica do trabalho, enfim, vão tentar
6 abraçar uma série de pontos. Solicita que a Reitoria e a PG se empenhem de alguma maneira
7 para acelerar a ação referente à URV, um compromisso importante para os docentes. Sabe que
8 significa gasto, mas passa a ser um direito adquirido, e sabe do entendimento que a própria
9 Universidade, que a própria Reitoria tem sobre isso, mas vão adiando. Na próxima quinta-feira,
10 haverá assembleia, e por determinação do Fórum das Seis vão chamar um ato e paralisação no
11 dia 16, quando ocorre a reunião do Cruesp. Lembra que no dia 16 vai ter um importante
12 encontro na ADunicamp com o Ministério Público, na questão dos PCDs, estão todos
13 convidados a participar, pois acha que vai ser um momento muito positivo para a Universidade.
14 Trata-se de uma parceria entre a Reitoria e a ADunicamp, que vai ceder o espaço para que o
15 evento possa acontecer, e é um tema importante para terem efetivamente uma universidade mais
16 inclusiva. A Conselheira ROBERTA CUNHA MATHEUS RODRIGUES diz que a Faculdade
17 de Enfermagem assinou o seu primeiro termo de parceria e recebeu uma doação de uma bolsa
18 pesquisa, em nome da Unicamp e da Faculdade de Enfermagem, para pós-graduação. Acha
19 importante registrar para agradecer, porque, diferente do que veem em outras unidades, esse
20 acordo de parceria foi com uma professora aposentada da Faculdade de Enfermagem, que doou
21 pelo tempo em que ela estiver viva uma bolsa pesquisa para aluno de pós-graduação da FEnf.
22 Agradece à professora Maria Isabel Pedreira de Freitas pela doação, e espera que seja um
23 exemplo incentivador, que outras boas propostas como essa possam acontecer, acha que é um
24 exemplo a ser seguido. O MAGNÍFICO REITOR diz que se junta, em nome da Reitoria, a esse
25 agradecimento à professora Maria Isabel, que foi diretora também da FEnf, e com a qual
26 compartilhou uma parte do mandato quando foi diretor da FEA. Agradece à professora Maria
27 Isabel e parabeniza a Faculdade de Enfermagem por essa conquista junto com ela, e essa
28 disposição dela de fazer isso, que é um exemplo para outras unidades também. O Conselheiro
29 WAGNER DE MELO ROMÃO diz que vai falar a respeito da representação da Unicamp em
30 alguns conselhos da cidade e também do Estado, incluindo o CONDEPHAAT. Está na
31 suplência desse conselho, o Conselho da Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Ambiental
32 e Turístico do Estado de São Paulo. Já é a sua segunda passagem, desta vez como suplente, e
33 há alguns anos tinham o benefício mínimo do transporte até São Paulo, mas nesses últimos anos
34 isso não está acontecendo. Já fizeram vários pedidos para que pudessem ter esse direito, o
35 professor que é seu titular inclusive saiu da titularidade acha que em parte por conta dessa
36 dificuldade, porque vão lá a cada 15 dias, às segundas-feiras, saem bem cedo daqui e voltam
37 no final da tarde. Então faz esse pleito, que a Administração pudesse olhar com mais carinho
38 para essa representação; o professor Antonio José falou da presença da Unicamp na sociedade,
39 e os conselhos, sejam os da cidade de Campinas, de Limeira, de Piracicaba e do Estado de São
40 Paulo, também são muito importantes, é muito ruim quando não conseguem participar. Acha

1 que seria interessante uma política da gestão que pudesse agregar esses conselheiros e
2 conselheiras que dedicam o seu tempo, e muitas vezes acabam também se desligando dos
3 conselhos, ou deixando de comparecer às reuniões, porque não há, efetivamente, uma política
4 de relacionamento dos conselheiros com essa tarefa, que é primordial, é um apoio técnico, às
5 vezes até político, junto a esses conselhos. Então, faz duas sugestões: uma que possam voltar a
6 financiar, tornar possível essa ida a São Paulo, especialmente no CONDEPHAAT, e acha que
7 em outros conselhos também, como o Condep, no qual a Unicamp possui assento. E dentro da
8 cidade de Campinas, que pudessem ter uma política mais articulada de presença, de pensar o
9 que a Universidade quer desses espaços, que são muito importantes, dão visibilidade à
10 Universidade, e há uma relação direta com os secretários, secretárias dos governos. O
11 MAGNÍFICO REITOR sugere que o professor Wagner formalize essa solicitação à Chefia de
12 Gabinete. Em seguida, manifesta os votos de pesar à família de Alexander Tadeu Sverzut,
13 professor da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, que faleceu no dia 27 de abril. Passa a
14 palavra aos pró-reitores. O Professor IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que foi
15 aprovado na Cepe o novo percurso formativo indígena, ficaram muito felizes, ainda vai voltar
16 nas próximas reuniões da Cepe para discutir um item específico de desligamento dos alunos
17 que não conseguirem passar no percurso, mas acha que é um grande avanço para a Universidade
18 esse novo apoio pedagógico que vão dar para os alunos ingressantes indígenas. A Professora
19 ANA MARIA FRATTINI FILETI diz que há vários editais Faepex abertos, mobilidade
20 Unicamp Cardiff até 15 de maio, projetos com Birmingham até 20 de maio, convergências
21 Cocen foi prorrogado até 22 de maio, apoio à infraestrutura, cujas unidades de ensino e pesquisa
22 podem apresentar proposta até 30 de maio, apoio a periódicos científicos até 30 de maio, edital
23 de extensão até 6 de junho. O Programa de Incentivo a Novos Docentes recebeu 63 propostas,
24 vai deixar o professor Sarti falar mais detalhes; programa de apoio aos grandes centros
25 temáticos de pesquisa, edital de bolsas de pós-doutorado em gestão as inscrições terminaram
26 dia 6 de maio, receberam 25 propostas, totalizando um pedido de 51 bolsas. Vão atender a 25
27 bolsas neste semestre, mas no semestre que vem deverá ser aberto novamente. O edital de
28 tecnologias assistivas ainda está sendo firmado convênio entre Unicamp, USP e Unesp, e o
29 lançamento do edital deve ocorrer em breve; e finalmente, iniciação científica, Pibic, Pibit e
30 Pibic Ensino Médio, recebem inscrições até dia 13 de maio. O Conselheiro FERNANDO
31 SARTI diz que a professora Ana acabou de falar da terceira fase do Programa de Incentivo a
32 Novos Docentes, e lembra que o resultado final do edital sai em 30 de agosto. Se todas as 63
33 propostas forem aceitas, vão passar agora pelos pareceristas, atingiriam 338, que é um número
34 que ficou muito abaixo do que imaginavam inicialmente, porque há 650 colegas aptos a
35 participar do programa. Já estão elaborando o Pind 4, no sentido de pegar as novas contratações
36 que virão, há vários processos abertos de contratação, cujos docentes poderão participar nesta
37 nova rodada. Em relação à progressão Paepe, foram 1.098 inscritos, muito inferior ao que
38 tiveram na progressão anterior, que foram 2.500. Também havia um número de aptos superior,
39 de 1.800, dos quais 35% estão tentando a progressão horizontal e 65% tentando a vertical. Estão
40 na fase das comissões de avaliação, que já liberaram as notas individualmente, cabe agora os

1 recursos para os participantes e isso volta para que sejam analisados todos esses possíveis
2 recursos. Sobre as certificações, 11 órgãos foram hoje aprovados aqui na CAD, sete estão indo
3 para a CVND de maio e terão ainda outras reuniões, já estão marcadas as reuniões com os
4 diretores e CTUs das unidades de pesquisa, ensino e extensão para conhecerem o parecer do
5 comitê e começarem a finalizar a certificação dessas unidades também. Com as designações
6 aprovadas hoje, atingiram 1.726 gratificações, que é um número bastante inferior ainda ao que
7 era vigente em janeiro de 2019, que era de 1.968, ou seja, menos 12%. Em termos de valor, se
8 tomarem como referência 2022, quando certificaram todas as unidades, possuem um valor hoje
9 10% superior, mas ainda muito inferior ao que tinham em janeiro de 2019, que era de R\$5,3
10 milhões mensais. Em relação a *ranking*, há algumas divulgações que vão ocorrer ao longo de
11 junho, e estão visitando várias unidades para pedir a colaboração no preenchimento das
12 informações, o que tem sido fundamental. Estão convencidos de que a melhoria da
13 Universidade no *ranking* tem muito a ver também com esse esforço de toda a comunidade no
14 fornecimento das informações. Em seguida, diz que tem sido comum colegas que têm
15 promovido a mudança de regime. Lembra que a Deliberação Consu-A-17/2013 estabelece que
16 o docente MS que altera o seu regime, no caso, se ele era RTC ou RTP, e passa para RDIDP,
17 ele tem que permanecer no cargo durante cinco anos, 60 meses, para poder se aposentar dentro
18 desse novo regime. Colegas que estavam no regime de dedicação integral e migram para RTC,
19 quando voltarem, vão ter que se submeter ao mesmo processo de cinco anos. A Conselheira
20 MARIA LUIZA MORETTI solidariza-se com a professora Silvia Amaral e diz que hoje pela
21 manhã conversou com a professora Silvia Santiago, estão preocupadas com a questão das
22 enchentes, e foram determinados vários pontos de coleta na Universidade, nos quais inclui a
23 ADunicamp. Também são pontos o GGBS no prédio da Reitoria, o GGBS no HC, a SVC, a
24 Funcamp, o SIC, a Cocen; em Piracicaba, a FOP e o Epae, e em Limeira brevemente saberão
25 como estará sendo arrecadado. As doações são as mais variadas, mas precisam muito de água
26 potável, alimento não perecível, produtos de higiene, limpeza, ração animal, cobertores, roupas
27 de cama, roupas de banho, fraldas, material médico-hospitalar, seringa, atadura, curativos e
28 medicamentos não tarjados, analgésicos e antitérmicos. O PIX que está sendo utilizado para o
29 depósito financeiro de doações é o PIX da Fundação da USP: pixsantander@fusp.org.br. Estão
30 nessa luta conjunta das três universidades para arrecadação. É um momento extremamente
31 difícil do país, em que devem realmente se unir nessa colaboração, porque a situação é
32 gravíssima, com a destruição quase de cidades inteiras no Rio Grande do Sul. Informa que a
33 CGU vai realizar no dia 26 de junho, com início às 9 horas, um foro permanente, que se chama
34 “Planejamento Estratégico Institucional: carta de intenções ou instrumento efetivo de gestão?”.
35 Esse será o momento em que as três universidades vão estar presentes na troca de experiências
36 em relação a planejamento de gestão e planejamento estratégico institucional. Terão
37 representantes da USP, da Unesp e da Unicamp, e mais três universidades estrangeiras que
38 estarão discutindo esse assunto em toda a parte da manhã. À tarde será discutida a parte de
39 gestão na área da Saúde. A avaliação institucional da Unicamp melhorou muito os percentuais
40 de preenchimento do sistema pelas unidades, teve uma bela melhora. A área de Saúde subiu

1 para 60%, centros de núcleos para 54%, os colégios técnicos 41%, faculdades e institutos 55%
2 e o Profis, 91%. Outra coisa, que é um lançamento muito interessante para a Universidade, é o
3 novo portal da transparência, resultado de um GT que foi composto com membros da CGU e
4 da SIC, com a colaboração de outras pessoas, e que contém informações relevantes tanto para
5 a sociedade civil como para a comunidade universitária. Chama a atenção para os dados
6 relativos à área da Saúde e também para a remodelação da forma de divulgação de salários. Há
7 um novo painel disponibilizado com informações e antecedido por uma nota explicativa
8 referente à composição de filtros de busca, com inserção, por exemplo, do nome. Pode-se
9 escolher o nome e colocar matrícula, mês e ano. Então, convida todos a consultar esse novo
10 portal de transparência, onde também já estão disponíveis informações acadêmicas referentes à
11 graduação e pós-graduação, e brevemente colocarão pesquisa e extensão. O MAGNÍFICO
12 REITOR diz que fizeram uma reunião com os docentes nível MS-3 de meados da carreira e
13 eles pediram um GT de carreira. Ele será organizado e a ideia é que ele seja presidido pela
14 professora Rachel Meneguello, e composto por mais oito pessoas, quatro indicados pelos
15 diretores, de preferência um de cada área, para ter abrangência, e quatro docentes, também
16 considerando a composição da bancada, de forma a ter diferentes visões da bancada, e também
17 vendo se é possível ter gente de diferentes áreas. Quem sugeriu muito isso foram os professores
18 Daniel e Marcelo, então talvez um deles devesse participar. Mas a professora Rachel vai entrar
19 em contato. A ideia é carreira MS; podem fazer para as outras carreiras, mas há particularidades
20 que talvez fossem interessantes. Na visão da Administração, devem se concentrar na questão
21 da carreira e não da previdência, porque na previdência há menos espaço de mudar. A intenção
22 é que no Consu de maio a PRDU apresente o que ela apresentou aqui na reunião com os MS
23 sobre a questão da aposentadoria. Vai ter alguma sobreposição, porque sabem que 2003 a 2013
24 é o pior período, e não sabem se com a carreira pode diminuir o impacto na aposentadoria do
25 pessoal dessa faixa. Mas, de toda forma, a ideia seria que esse GT se concentrasse na carreira e
26 discutisse tópicos, que se tiverem influência na carreira geral mesmo, terão que ser negociados
27 depois com a USP e com a Unesp. Destaca que isso vem ao encontro de um pedido. Sobre a
28 solidariedade ao Rio Grande do Sul, houve uma iniciativa do Cruesp, a USP iniciou e a
29 Unicamp começou a participar, por isso o PIX é da Fundação da Universidade de São Paulo.
30 Aqui na Unicamp estão recolhendo doações em vários pontos, como a professora Maria Luiza
31 já citou. Houve uma demanda hoje de manhã na Cepe e o professor Wagner também
32 encaminhou para ter conhecimento de um convênio da Unicamp com o Technion. Solicita à
33 doutora Fernanda que faça um comentário breve sobre isso. A Doutora FERNANDA LAVRAS
34 COSTALLAT SILVADO diz que como membro do Consu, CAD e Cepe, é possível deferir o
35 pedido de vista e cópia do convênio, mas mediante a assinatura de termos de ciência, de sigilo
36 e confidencialidade, porque o próprio convênio prevê que a Universidade vai tratar o assunto
37 de forma confidencial. O MAGNÍFICO REITOR diz que está vencendo o mandato do membro
38 da Unicamp no Conselho Superior da Fapesp. Já venceu o da USP, ela montou três listas, uma
39 lista de Humanidades, outra de Biológicas e uma terceira de Exatas junto com Tecnológicas.
40 Não tem o nome de quem acabou sendo indicado, porque era sempre lista tríplice, e então o

1 governador escolhe um dos três nomes. Nos casos da lista de Biológicas, a pessoa escolhida a
2 partir de três nomes foi o professor Zago, que já é membro e é atual presidente do Conselho
3 Superior. Na área de Humanidades, a escolhida foi a professora Maria Arminda, que atualmente
4 é vice-reitora da USP. Essa indicação foi feita no Conselho Universitário. A opção da Unesp,
5 que tem direito a uma vaga, foi feita pela Reitoria, porque a Fapesp abre a possibilidade de
6 participar, mas ela não escolhe a forma de indicação. Aqui na Unicamp, decidiram submeter ao
7 Consu de maio. A Unicamp também tem uma única vaga, então teria que fazer uma única lista
8 tríplice, diferente da USP que tem três vagas, por isso lá foram três listas tríplices. Os detalhes
9 não estão todos definidos, mas a doutora Ângela vai escrever uma espécie de resolução do
10 Gabinete para que a escolha seja no Consu de maio e façam exatamente como escolhem a lista
11 tríplice de Reitoria. Votam em um primeiro nome, a pessoa que ganha sai dos indicados, então
12 votam no segundo, sai também, votam no terceiro, de forma que a própria votação já estabelece
13 a hierarquia na lista. Para dizer que possuem uma sequência e um desejo de que seja escolhido
14 o primeiro colocado, que é a tradição que fazem normalmente na lista de Reitor. A questão que
15 ainda estão em dúvida como proceder é como seria feita a indicação, mas uma das
16 possibilidades seria fazer no próprio dia da reunião, a outra, que talvez seja melhor, um *e-mail*
17 emitido pela Secretaria Geral, que solicite aos conselheiros indicação de nomes. A pessoa tem
18 que assumir brevemente, porque o mandato do professor Pilli, atual membro da Unicamp no
19 Conselho Superior da Fapesp, terminou. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a
20 Sessão, e para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata
21 e solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para ser submetida à aprovação da Câmara
22 de Administração. Campinas, 7 de maio de 2024.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 400ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO, realizada em 11 de junho de 2024, sem alterações.